

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**ATIVISMO CONSERVADOR E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE
CAMPO POLÍTICO, CAMPO RELIGIOSO E CAMPO EDUCACIONAL
EM UMA ESCOLA DE PERIFERIA**

CAMILA TAVARES RODRIGUES

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

ATIVISMO CONSERVADOR E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE
CAMPO POLÍTICO, CAMPO RELIGIOSO E CAMPO EDUCACIONAL
EM UMA ESCOLA DE PERIFERIA

CAMILA TAVARES RODRIGUES

Sob a Orientação do Professor Doutor
Máximo Augusto Campos Masson

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/ Nova Iguaçu/RJ
Maio de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca
Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696a Rodrigues, Camila Tavares, 1990-
Ativismo conservador e educação: Relações entre campo político,
campo religioso e campo educacional em uma escola de periferia.
/ Camila Tavares Rodrigues.
Seropédica; Nova Iguaçu., 2022.
84 f.: il.

Orientador: Máximo Augusto Campos Masson.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2022.

1. Campo educacional. 2. Campo político. 3. : Campo
religioso. 4. Neopentecostalismo. 5. Baixada Fluminense. I.
Masson, Máximo Augusto Campos , 1957-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares III. Título.

27/07/2022 13:51



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=1022639

TERMO Nº 627 / 2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.034267/2022-47

Seropédica-RJ, 03 de junho de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

CAMILA TAVARES RODRIGUES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/05/2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

MAXIMO AUGUSTO CAMPOS MASSON. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

LEONARDO MAIA BASTOS MACHADO. Dr. UFRJ (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 04/06/2022 12:43)

RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matricula: 1426576

(Assinado digitalmente em 26/07/2022 13:21)

LEONARDO MAIA BASTOS MACHADO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 018.390.997-63

(Assinado digitalmente em 22/06/2022 08:46)

MAXIMO AUGUSTO CAMPOS MASSON
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 424.720.087-91

Para verificar a autenticidade deste documento entre em

<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 627, ano: 2022, tipo: TERMO, data de emissão: 03/06/2022 e o código de verificação: 4e10ef5ca8

https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=1022639

DEDICATÓRIA

A minha orientadora da vida, minha maior incentivadora, exemplo de determinação e força, que contribuiu imensamente para minha formação durante toda vida assim como para construção desse trabalho: minha mãe, Marília.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Máximo Masson, por sua dedicação e paciência, por depositar em mim a confiança necessária para a realização dessa pesquisa, pela primorosa orientação em todo o processo de produção. Agradeço por acreditar e por me fazer acreditar que eu era capaz. Muito mais que um orientador, um grande amigo.

Aos professores que fizeram parte da Banca examinadora desde a fase de Qualificação, suas contribuições foram de extrema importância para o desenvolvimento desta dissertação:

Profa. Dra. Maria Teresa, Prof. Dr. Ramofly Bicalho, Prof. Dr. Leonardo Maia.

Ao Prof.º Dr. Babalawô Ivanir dos Santos que eu tive a honra de conhecer e cursar a disciplina Tópicos de Pesquisa do Sagrado, que me proporcionou novas percepções a respeito da questão racial e intolerância religiosa, muito contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa e para minha formação acadêmica e pessoal.

Aos professores e amigos do PPGEduc, em especial ao Grupo de Estudos e Pesquisas, Trabalho, Formação e Identidade, por todos os debates e contribuições que foram extremamente importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus pais, sem eles nada seria possível, sou muito grata por sempre me incentivarem.

Ao Márcio meu companheiro de todas as horas, pelo apoio incondicional, por tornar essa caminhada mais leve e menos árdua.

Aos meus irmãos. Rafael por ser um exemplo a seguir de foco e determinação. Daniel pela amizade, orientação e consolo dados sempre que precisei. Gabriel meu caçula, apesar de mais novo, te agradeço pela proteção e cuidado comigo e pelo apoio tecnológico constante. Gratidão aos três por me encorajarem.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

RESUMO

RODRIGUES, Camila Tavares. **Ativismo conservador e educação: relações entre campo político, campo religioso e campo educacional em uma escola de periferia.** 2022. 84 páginas. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar as relações entre campo político, campo religioso e campo educacional a partir das formulações de Pierre Bourdieu. Nosso trabalho veio a se constituir na análise de um estudo de caso em uma escola pública de um município da periferia fluminense. Trabalhamos com uma “abordagem etnográfica”, considerando a escola como um pequeno fragmento do campo educacional no qual estariam incidindo efeitos de ações políticas/religiosas. Foram de fato observadas ações “evangélicas” intencionais relacionadas ao exercício da função docente, que incidem sobre os estudantes, com práticas de vigilância moral e efeitos concretos sobre os padrões comportamentais de espectros religiosos de conformação dos costumes reproduzidos e reafirmados no ambiente escolar. Estando essas ações de fundo “evangélico” relacionadas a reprodução da condição de classe e inserção mais favorável no campo econômico, uma vez que estão diretamente relacionadas ao modo de ingresso no serviço público da maior parte dos funcionários da escola, ocorridos através das ações de clientelismo político por parte de um grupo de uma oligarquia conservadora local, que desde 1960 domina o município, porém adequando-se a novos formatos do agir clientelístico, na qual a “reafirmação de identidades e princípios religiosos” se tornou uma garantia de permanência de vínculos empregatícios mediante construção de clientela política local.

Palavras chaves: Campo religioso; Campo educacional; Neopentecostalismo;

ABSTRACT

RODRIGUES, Camila Tavares. **Conservative activism and education: relations between political field, religious field and educational field in a school in the periphery.** 2022. 84 pages. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022

The general objective of the research was to investigate the relations between the political field, the religious field and the educational field based on Pierre Bourdieu's formulations. Our work came to be the analysis of a case study in a public school in a city on the outskirts of Rio de Janeiro. We work with an “ethnographic approach”, considering the school as a small fragment of the educational field in which the effects of political/religious actions would be affecting. In fact, intentional “evangelical” actions related to the exercise of the teaching function were observed, which affect students, with practices of moral surveillance and concrete effects on the behavioral patterns of religious spectrums of conformation of the reproduced and reaffirmed customs within the school environment. Being these actions of “evangelical” background are related to the reproduction of the class condition and more favorable insertion in the economic field, since it is directly related to the way most school employees enter through the actions of political patronage, a group of a local conservative oligarchy that has dominated the city since 1960, but adapting itself to new formats of clientelistic behavior, in which the “reaffirmation of identities and religious principles” became a guarantee of permanence of employment ties through the construction of local political clientele.

Keywords: Religious field; educational field; Neo-Pentecostalism;

LISTA DE ABREVIACOES E SÍMBOLOS

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
PPGEduc	Programa de PósGraduação em Educação
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Semed	Secretaria Municipal de Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
COC	Conselho de Classe
IDEB	ndice de Desempenho da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconmicos
PSD	Partido Social Democrata
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	10
2.	INSTRUMENTAL TEÓRICO	12
3.	A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOB ABORDAGEM “ETNOGRÁFICA”	19
4.	A ESCOLA E SEU MUNICÍPIO: CARACTERÍSTICAS GERAIS E LOCAIS DOS CAMPOS ECONÔMICO, POLÍTICO, RELIGIOSO E EDUCACIONAL	23
4.1.	Características econômicas, demográficas e religiosas de Nilópolis	24
4.2.	Características políticas de Nilópolis	27
4.3.	Características da Educação Escolar em Nilópolis ³²	32
4.4.	O Bairro da Escola	34
4.5.	A Escola	38
5.	OBSERVANDO O COTIDIANO DA ESCOLA	41
5.1.	A chegada na escola	41
5.2.	Observações da primeira semana: no recreio e no refeitório	43
5.3.	Segunda semana: Impedimento ao trabalho de campo	44
5.4.	O retorno à escola	46
5.5.	O dia a dia escolar e as práticas de inspiração religiosa	48
6.	AS RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS RELIGIOSAS, EMPREGABILIDADE E CAMPO POLÍTICO LOCAL	52
6.1.	Assegurando a sobrevivência	52
6.2.	A reprodução da intolerância como estratégia de sobrevivência	56
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS ⁶²	62
	APÊNDICE A	68
	APÊNDICE B	70
	APÊNDICE C	71
	APÊNDICE D	75
	APÊNDICE E	78
	APÊNDICE F	81
	ANEXO I	84

1. APRESENTAÇÃO

O trabalho que desenvolvemos resulta de duas experiências ocorridas durante minha formação no curso de Licenciatura em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Uma delas foi ser bolsista de iniciação científica por aproximadamente quatro anos, quando participei de pesquisas sobre expectativas profissionais e percepções de futuro de estudantes de cursos de licenciaturas, em especial aqueles pertencentes aos cursos de história e ciências sociais, o fato que tornou a educação uma área de meu interesse acadêmico, embora sempre sob enfoque sociológico.

Durante o trabalho de pesquisa como bolsista de iniciação científica, percebi que havia um número crescente de universitários dos cursos de licenciatura em história e em ciências sociais que se declaravam “evangélicos” (pentecostais ou neopentecostais), este fato chamou minha atenção por serem estes cursos onde a tradição era não terem os estudantes qualquer tipo de religião. Considerei ser um possível objeto de estudo os efeitos desse crescimento refletido nas escolas, com maior presença de professores oriundos dessas confissões religiosas. Como a maior presença de professores adeptos desta confissão religiosa interferiria no cotidiano das escolas e nas práticas pedagógicas nelas desenvolvidas.

A segunda experiência foi quando cursei a disciplina Laboratório de Pesquisa e Trabalho de Campo e Etnografia. A proposta da disciplina era produzir um trabalho adotando uma perspectiva etnográfica, elaborando um esboço de etnografia, exercitando “o trabalho de transformar o que era familiar em exótico e exótico em familiar”. Entre as técnicas a serem utilizadas para o desenvolvimento do trabalho estavam a observação participante e a elaboração de um diário de campo, as quais foram retomadas no curso de minha pesquisa para a dissertação de mestrado até a ocorrência da pandemia.

Naquela ocasião, o trabalho que elaborei para a disciplina tinha por tema de estudo uma nova comunidade religiosa pentecostal que surgia em Nilópolis, município onde moro. Essa comunidade me despertou interesse por ser uma “nova igreja”, como os próprios membros a chamavam, cujo nome vem a ser: “Comunidade Evangélica Pentecostal Tanque de Betesda”. Ela tinha surgido há cerca de oito anos então, oriunda de uma dissidência de outra igreja pentecostal. Segundo seus participantes, eles atenderam a um “chamado de Deus e foram guiados a fundar uma “nova casa do senhor”.

A partir destes trabalhos durante meu curso de graduação passei a me interessar pelo crescimento do neopentecostalismo na sociedade brasileira. Assim, a interseção dessas duas

experiências me levou a apresentar projeto de pesquisa no PPGEduc/UFRRJ que tinha por temática a presença e as atitudes de professores pentecostais em escolas de educação básica em territórios periféricos de forte presença popular.

Tinha interesse em investigar as relações entre formação religiosa familiar e práticas pedagógicas escolares, como os professores respondiam a situações que poderiam estar relacionadas a algum tipo de ato de intolerância religiosa visto que, muitos professores participam de confissões religiosas pouco valorizadoras de práticas ecumênicas. Em particular, tinha intenção em verificar, primeiro, se a maior presença de professores ou funcionários neopentecostais poderia favorecer de algum modo a geração de conflitos de fundo religioso e de manifestações não só de “violência simbólica”, como formulado por Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1992; 1989) mas também física. Isto porque a simples menção de práticas religiosas de origem afro-brasileira ou estudo das mesmas pode, como é relatado por estudos das ciências sociais e da educação ou mesmo pela imprensa, dar origem a conflitos no interior das escolas. (SANTOS, 2018; SILVA, 2007; ALVES, 2014; TEIXEIRA, 2013).

Em segundo lugar, também apreender se são estabelecidas formas específicas de relacionamento entre professores de determinadas denominações evangélicas e entre estes e os alunos cujas famílias compartilham de princípios religiosos semelhantes, como essas relações se refletem no interior da escola e quais os possíveis efeitos dessas interações sobre o cotidiano escolar, como também, se o conseqüente fortalecimento de “identidades dominantes”, fundadas em fé religiosa “cristã”, estigmatizam e “excluem” os “não crentes”, sobretudo, os praticantes do candomblé ou da umbanda.

Nesse sentido e retomando o observado no referido trabalho de graduação, escolhi como universo para o desenvolvimento de minha pesquisa uma escola de ensino fundamental pública, sob administração municipal, localizada em um bairro periférico onde é expressiva a presença de neopentecostais entre funcionários e corpo docente, afora na própria clientela escolar.

Assim, como procuramos expor à frente, nosso trabalho veio a se constituir na análise de um estudo de caso, no qual buscamos apreender a partir de práticas cotidianas em um espaço específico de trabalho – a escola mencionada - como se inter-relacionam em situações particulares campos específicos: o campo educacional, o campo religioso, o campo político e também o campo econômico, a partir das formulações de Pierre Bourdieu.

Os dados para análise foram coletados durante pesquisa de campo que realizei por alguns meses empregando instrumentos de pesquisa como a observação participante e entrevistas informais durante um período anterior ao surgimento da pandemia (SARS-CoV-2),

que infelizmente inviabilizou a continuidade do trabalho de campo, uma vez que as aulas presenciais foram canceladas, as entrevistas semiestruturadas com professoras da escola foram feitas por telefone e algumas adaptações foram necessárias para continuidade da pesquisa.

Apesar das reformulações no curso da pesquisa e outros prejuízos, tanto acadêmicos como pessoais durante o período de pandemia, conseguimos ainda assim obter resultados satisfatórios durante a pesquisa. Confirmando aspectos das minhas hipóteses, me deparei com manifestações de “violência simbólica”, nos pequenos gestos cotidianos e atitudes sutis de imposição da crença dominante sob os alunos. Identificamos também aspectos de interferência do campo político no campo educacional, através das possibilidades de obtenção de contratos de trabalho fortemente relacionados a redes de conhecimento entre alguns parlamentares locais e grupos religiosos.

2. INSTRUMENTAL TEÓRICO

Nas últimas décadas cresceu no Brasil o número dos autodeclarados “evangélicos”, o que se fez acompanhado de um declínio percentual de adeptos do catolicismo e de religiões de matriz afro-brasileiras. Essas mudanças no campo religioso se manifestam na expansão de templos neopentecostais particularmente, embora não somente, nas periferias urbanas e na presença no campo político de agentes sociais que se reivindicam ou representantes de “evangélicos” ou defensores dos valores morais a esses atribuídos. Em vista disso, veio a ser nosso interesse de estudo apreender como esses novos aspectos dos campos religioso e político (o crescimento quantitativo dos “evangélicos” e de seus representantes no campo político¹), poderiam de alguma forma se manifestar ou incidir no campo educacional.

Particularmente, tínhamos como ponto primeiro a privilegiar em nosso estudo a presença de ações passíveis de serem classificadas, no âmbito do conceito formulado por Bourdieu, como “violência simbólica” no cotidiano de escolas situadas em áreas urbanas onde o número de “evangélicos” se ampliou de tal forma que muitos parlamentares ou candidatos passaram a empregar como elemento de distinção e identidade sua “fé evangélica”.

Segundo Pierre Bourdieu, a escola não é um espaço neutro, dotado de ampla autonomia frente a outras instituições, mas sim integrante nas sociedades contemporâneas de um campo específico, dotado de características estruturais próprias: o educacional. Ainda que possa

1 Para uma análise da ação política dos “neopentecostais” e de suas visões sobre a inserção no campo político veja-se Machado (2012) e Machado e Burity (2014)

apresentar relativa autonomia², as instituições pertencentes ao campo educacional tendem, embora não de maneiras mecânicas e absolutas, a reproduzir as relações sociais, especialmente as relações de dominação entre as classes, presentes no conjunto das estruturas sociais existentes³.

Para Bourdieu (1979), campo social é um espaço multidimensional onde agentes sociais, posicionados de determinado modo por força das estruturas que constituem o campo, disputam entre si posições de maior relevância ou distinção a fim de assegurar, com a maior exclusividade possível a posse do tipo de capital especificamente prevalecente no campo em questão. Assim sendo, a escola é como todo campo social, um campo de luta entre diferentes agentes sociais. Em seu interior há relações de poder, de disputa entre os que se encontram em posições superiores, constituindo-se estes nos agentes dominantes e aqueles que se encontram em posições inferiores, tornando-se os agentes dominados, sujeitos até mesmo à exclusão completa da posse de algum tipo do capital disputado nesse campo, como por exemplo o capital cultural em sua forma institucionalizada escolar, no caso do campo educacional em sociedades contemporâneas.

As relações de dominação entre os agentes sociais (notadamente aquelas entre as classes a que pertencem esses agentes), nem sempre se apresentam de forma evidente e explícita, em especial àqueles que estão situados no polo inferior de um campo social. Se essas relações fossem evidentes e explícitas, tornar-se-ia possível a ocorrência de percepções menos fantasiosas sobre o poder dos dominantes e, sobretudo, quanto aos determinantes fundamentais das relações de dominação.

Contudo, embora esses determinantes de maneira geral quase nunca são, por parte dos socialmente dominados, objeto de maior apreensão ou conhecimento - de “consciência” se utilizássemos uma expressão mais típica dos embates ideológicos onde sob formas diferenciadas os subalternos resistem a atos de violência simbólica dos dominantes - possibilitando maior concordância e aceitação da ordem social existente, nem por isto está ausente das relações de dominação a presença de formas de violência física.

2 Ao nos referirmos a autonomia relativa de um campo social – e especificamente ao campo educacional - procuramos observar às considerações de Bourdieu presentes nos capítulos 04 (Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe) e 05 (Sistemas de ensino e sistemas de pensamento) de “A Economia das Trocas Simbólicas” (BOURDIEU, 1982).

3 Nesse sentido, além das obras “primeiras” de Bourdieu sobre os sistemas de ensino como “Os Herdeiros” (BOURDIEU, 2014) e “A Reprodução” (BOURDIEU, PASSERON, 1992), veja-se o capítulo 03 de “O Poder Simbólico” (BOURDIEU, 1989) e também o “excluídos do interior” de “A Miséria do Mundo” (2003), além do conjunto de trabalhos posteriores a “A Reprodução” sobre o ensino superior francês.

De modo geral, com exceção de momentos conjunturais de crise, as relações de dominação são exercidas de maneira sutil, se constituindo em “violências mascaradas”, sendo, portanto, violências “simbólicas”.

Para Bourdieu, violência simbólica é aquela que pode prescindir e, assim, não necessariamente empregar o uso da força física para que determinados agentes realizem a imposição de suas vontades-sobre outros agentes. Nessa perspectiva, toda violência simbólica é resultante do exercício de um poder simbólico: “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, que só se exerce se for reconhecido (normalizado), quer dizer, ignorado como algo arbitrário” (BOURDIEU, 1989, 14).

Entretanto, é necessário observar que a dominação e todos os processos que possibilitam sua reprodução, não implicam em algum tipo do que poderia ser metaforicamente visto ou classificado como uma “estática social”⁴. Ao contrário, para Bourdieu, seguindo tradição sociológica que nos remete aos trabalhos de Marx e Engels e também de Weber, os agentes sociais presentes em um dado campo, mesmo que inconscientemente e em limites historicamente dados, por força dos efeitos de suas ações, tendem a conservar ou transformar as próprias características estruturais do(s) campo(s) em que se encontram e, por consequência, de outros campos com os quais as relações sejam as mais imediatas.

Assim, todo campo social, simultaneamente, é um campo de forças e de lutas onde as relações sociais envolvem formas diversas de disputa por tipos de capital, sejam estes econômico, cultural (em seus diferentes formatos), simbólico e social.

Nesse sentido, ao considerarmos as práticas de agentes sociais - como as professoras da escola que veio a ser nosso universo imediato de pesquisa - em campos que são mais diretamente atinentes ao nosso estudo (o educacional, o religioso e o político), devemos observar um aspecto fundamental da análise de Bourdieu sobre as relações entre diferentes campos sociais: a primazia do campo econômico e a importância também preponderante do campo político sobre os demais campos sociais.

Em relação ao campo educacional e sua mais característica instituição, a escola, Bourdieu (BOURDIEU e PASSERON, 1992), apontam que nesta, o exercício da violência simbólica é cotidiano, contribuindo para a imposição de formas de classificação da realidade (“física” ou “social”) predominantes no senso comum, ou seja, empregando terminologia

⁴ Por equívocos de compreensão ou mesmo ignorância, incorretamente os trabalhos de Bourdieu foram classificados pejorativamente por muitos dos que tentaram (ou tentam) analisar o campo educacional como “reprodutivista”.

marxista das ideologias – aqui compreendidas como visões de mundo – dominantes. Imposição que tende a suplantar ou mesmo eliminar outras percepções da realidade.

Contudo, como toda ação de violência simbólica é uma manifestação de poder simbólico (“invisível” e “quase mágico”, como sublinhou Bourdieu), esta somente terá efetivo êxito se vier a ocorrer “a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, 7), ou seja, de dominados sobre os quais é exercido o poder simbólico e daqueles que o praticam mesmo sem saber que o fazem.

Em ambos os casos, é fundamental que os agentes sociais possuam os dispositivos sociais necessários tanto ao exercício da dominação como, em sentido inverso, ao exercício da submissão. A obrigatoriedade de posse desses respectivos dispositivos interiorizados nos agentes sociais, nos remete a outro conceito fundamental na sociologia de Bourdieu: o de *habitus* de classe

O *habitus* de classe, conforme Masson

... é um atributo que caracteriza o ser humano como ser social. Acompanha o agente social ao curso de toda sua trajetória de vida. No entanto, não é um conjunto imutável de disposições. Ao contrário, dada sua processualidade histórica, resulta de relações sociais conformadas em diferentes conjunturas, portanto, da historicidade inerente ao social. Por ser produto da história, “é um sistema de disposição aberto, que está incessantemente diante de experiências novas e, logo, incessantemente afetado por elas. É duradouro, mas não imutável” (Bourdieu apud Bonnewitz, 2003:90), (MASSON, 2016, 108)

Portanto, sendo objetivo de nosso estudo apreender possíveis ações de violência simbólica e seus determinantes e modos de realização em espaços escolares por parte de professores a partir de suas crenças religiosas sobre seus alunos, buscamos também apreender as características quanto ao *habitus* de classe tanto das professoras e demais agentes da escola quanto do alunato desta última. Sobre esse alunato, a princípio, consideramos a possibilidade do mesmo apresentar alguma heterogeneidade mais significativa quanto aos segmentos sociais que o constituíam o que implicaria na presença de agentes com diferentes *habitus* de classe.

Porém, conforme explicitado em capítulo à frente, os alunos dessa escola apresentam elevado grau de homogeneidade quanto à posição de classe e, hoje, majoritariamente também há homogeneidade quanto a fé religiosa por eles vivenciada, sendo poucos os que não compartilham de fundamentos religiosos semelhantes aos de suas professoras. Por sendo raras as exceções, os que as exemplificam tendem a ser objeto de maior violência simbólica por parte das professoras da escola.

Mesmo que na escola a violência simbólica possa ser maior e mais “direta” sobre o alunado, ao se observar o entorno da escola, isto é, no bairro em que esta se localiza, verifica-

se o número expressivo de igrejas neopentecostais de diferentes ramificações confessionais, ainda que todas elas próximas quanto aos valores que apregoam como os modos como os disseminam e a reafirmação dos mesmos pelos que delas participam, o que se depreende inclusive pelas expressões que se tornam usuais no dia a dia.

Frente ao exposto e tendo em vista de nossa temática de pesquisa, precisamos também ter sempre em mente que, conforme mostra a literatura das ciências sociais, desde os seus clássicos fundadores, tradicionalmente as instituições religiosas de maior força política tendem a produzir por meio de suas práticas efeitos sobre a escola e, podemos dizer também, o campo educacional em geral. Igualmente o público das escolas, em especial os familiares de alunos, ao compartilharem valores e crenças afirmados por essas instituições, são também fatores intervenientes nos padrões comportamentais e nos currículos escolares.

Nessa perspectiva, sem desconsiderarmos as relações presentes no campo econômico, nossa atenção em um primeiro momento se desloca para atuais relações na sociedade brasileira entre os campos religioso, educacional e político, dado que nesses três campos tem sido continuamente crescente a presença de ações de agentes sociais que se declaram “neopentecostais” ou mais comumente “evangélicos”. Estes buscam legitimar ações, em grande parte, ações de face fortemente conservadora, nos princípios de sua fé. Com isto, justificam em meio a difusão de seus “discursos de salvação”, a ocorrência de atos de intolerância em relação a outras proposições religiosas, em especial aquelas em que é histórica a participação popular.

Nesse contexto, tradições religiosas diversas terminam sendo tratadas como concorrentes no mercado de “bens de salvação”, o que resulta em ações relatadas na imprensa em especial, mas não somente, contra terreiros de candomblé e umbanda, como também contra símbolos religiosos católicos, acontecimentos que são também objeto de pesquisas no campo da sociologia das religiões.

Nesse sentido, parte de “práticas evangélicas” terminam assumindo teocêntrico⁵, promovendo uma “demonização” das religiões afro-brasileiras. Essas ações, inclusive no espaço escolar, ao estigmatizar⁶ determinados agentes sociais, estariam expressando um ativismo conservador, com objetivos de dominação não só campo religioso, mas também no campo político, como nosso trabalho vem a demonstrar, ainda que isto possa ocorrer de forma não imediatamente ideológica, mas pelo fortalecimento e reprodução de vínculos de clientela.

5 Veja-se, entre outros, o exposto na coletânea organizada por Silva (SILVA, 2007).

6 Utilizamos o termo “estigma”, conforme aponta Erving Goffman (2008), para caracterizar elemento da linguagem profundamente depreciativo somente passível de ser apreendido a partir de relações sociais determinadas e não de atributos que seriam presentes a qualquer situação social, independente do contexto histórico em que ocorre a estigmatização.

O tipo de ativismo conservador de colorido religioso implícito no cotidiano da instituição escolar que foi nosso espaço de estudo, transforma agentes do campo religioso em porta-vozes de interesses econômicos e políticos de frações das classes dominantes no Brasil e possibilita a esses porta-vozes ganhos simbólicos, políticos e econômicos daí decorrentes.

Para evitar a simples transposição mecânica de interesses de um campo (no caso o político) para outro (o religioso) e por decorrência para um terceiro campo que seria o educacional, é preciso buscarmos a maior compreensão das singularidades de cada um deles, em especial dos dois primeiros, para que a análise das relações entre os mesmos não termine em mero reducionismo, sobretudo quando, como é caso de nosso estudo, nos atemos a uma realidade local específica, embora com diversos elementos encontráveis na sociedade em geral.

Assim, procuramos apreender localmente como, apesar do laicismo oficial da escola pública brasileira, a ampliação da “fé evangélica” na sociedade brasileira tem produzido ações com efeitos significativos sobre o cotidiano escolar, as quais podem ser mesmo classificadas como próprias a “processos de catequização”. Mais do que somente constatar a presença dessas ações, buscamos pelo processo de investigação empírica na escola em que foi realizado nosso estudo, analisar e compreender os determinantes dessas ações, sejam elas produzidas de forma inconsciente e indireta, seja de modo intencional.

Como acima mencionado, tínhamos interesse em compreender como essas ações são realizadas por agentes que são formalmente os principais responsáveis pela escolarização, em nosso caso, as professores da escola. Ao mesmo tempo, também tínhamos em mente verificar até que ponto seria possível trabalharmos analiticamente com o conceito de “dominantes-dominados”. Este é um conceito empregado por Bourdieu em diferentes obras para compreender práticas em busca de ascensão e distinção social de agentes sociais posicionados de forma inferior no campo social, mas dotados, em grau, de capital cultural legítimo, sobretudo o institucionalizado, isto é, aquele formalmente transmitido nas sociedades contemporâneas por instituições de ensino. Instituições que não obrigatoriamente aquelas ofertantes de “ensino superior”, como vem a ser o caso, das que no Brasil oferecem curso de formação para o magistério, ainda conhecido tradicionalmente denominado “ensino normal”.

O emprego desse conceito, ganha relevância particular sempre quando aos já indicados conceitos de campo e de *habitus* de classe, sempre observando que são conceitos de certo modo entrelaçados entre si, não sendo possível analisar algum campo relativo a sociedades estruturadas em classes sem o emprego do conceito de *habitus* de classe.

Com esses elementos conceituais básico, os quais fundamentam nosso instrumental analítico, em que, ressaltamos novamente, são também de grande importância os conceitos de poder simbólico, violência simbólica e ação pedagógica que formulamos nossas primeiras hipóteses que nortearam nossas investigações in loco, ou seja, na escola municipal por nós eleita, cujos motivos que levaram à escolha da mesma são apresentados em capítulo posterior.

Como dito, essas hipóteses tinham caráter inicial e o processo de pesquisa, como procuraremos demonstrar mais adiante, vieram a confirmar em parte, ainda que a última delas, veio a ser das mais fecundas para o desenvolvimento de nossa análise

Tínhamos então as hipóteses que se seguem:

A primeira hipótese, de caráter bastante genérico, era a de que padrões comportamentais de caráter conservador, baseados em valores morais de determinados espectros religiosos, hoje fortemente disseminados na sociedade brasileira, inclusive por meios midiáticos, tenderiam a ser reproduzidos e reafirmados dentro do ambiente escolar das classes populares, ainda que este seja, ao menos oficialmente, laico.

A segunda hipótese era a de considerar as manifestações de “fé evangélica” no interior da escola como sendo afirmações de preponderância simbólica, isto é, um exercício de violência simbólica, frente ao qual boa parte dos que se encontrariam no espaço escolar não teriam, a princípio, maior poder de reação, dada a força crescente das “práticas evangélicas” na sociedade brasileira.

Como terceira hipótese, consideramos que, por força de diversos fatores, os vínculos construídos entre a escola e as igrejas em torno da mesma, a estigmatização daqueles que “não integram ao grupo dominante estabelecido”⁷ se constituiria em instrumento de fortalecimento e afirmação do poder dos “estabelecidos” na escola e até mesmo na vizinhança em seu entorno.

Formulamos como nossa quarta hipótese a de que, as ações dos “evangélicos” na escola, considerando a existência de um projeto político de mais ampla dimensão e a importância social das instituições de ensino, seriam elemento estratégico para a afirmação de valores e costumes sociais conservadores.

A quinta hipótese considerava que as ações “evangélicas” gerariam permanente sequência de conflitos na escola envolvendo todos os agentes a ela relacionados - professores, direção, demais funcionários, alunos e pais de alunos) - com efeitos concretos sobre o processo de aprendizagem dos alunos.

7 Nessa formulação dessa hipótese, utilizamos também, inclusive dada as possibilidades de aproximação entre os dois autores, a análise empreendida por Norbert Elias em “Os estabelecidos e os outsiders” (ELIAS, 2000):

E como última hipótese: a constância de ações de fundo “evangélico” e consequente reafirmação de identidades e princípios religiosos estariam relacionadas ao modo de ingresso de parte dos funcionários da escola e seria uma garantia de permanência de vínculos empregatícios das professoras, dada sua inserção em redes locais de clientela política.

Com esse instrumental conceitual e as hipóteses acima mencionadas demos início ao trabalho de campo, cujos elementos de ordem metodológica e devidos instrumentos de pesquisa descrevemos no próximo capítulo.

3. A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOB ABORDAGEM “ETNOGRÁFICA”

Com base no instrumental teórico anteriormente exposto, iniciamos o trabalho de campo, após termos definido algumas estratégias investigativas e ao mesmo tempo, termos claro uma perspectiva metodológica sobre nosso universo de pesquisa. Tanto as estratégias que empregamos como a perspectiva com a qual procuramos compreender o espaço que iríamos investigar foram de suma importância para todo o desenvolvimento de nosso trabalho mesmo quando a pandemia veio a impor uma nova situação para nós, impedindo nosso contato contínuos com professoras e alunos .

Ao definirmos como o universo sobre o qual nos debruçamos, no caso uma escola pública de ensino fundamental voltada para os primeiros anos deste nível de ensino e localizada em área periférica de região metropolitana, consideramos este “universo de pesquisa” como sendo um um pequeno fragmento do campo educacional. Acreditávamos estarem ocorrendo na escola práticas de inspiração religiosa que, mesmo indiretamente, incidiam sobre as crianças que nela eram alunos, com efeitos no desempenho escolar e na vida em geral dessas crianças. Essas práticas de inspiração religiosa seriam inerentes às ações pedagógicas desenvolvidas comumente pelas professoras e poderiam ser consideradas conservadoras e, sobretudo como manifestações de intolerância religiosa e de estigmatização daqueles que não compartilhassem as crenças predominantes entre o corpo docente da escola.

Ao tratarmos nosso “campo de pesquisa” – a escola que elegemos como objeto de investigação - como sendo um pequeno fragmento do real, estávamos igualmente entendendo nosso trabalho como um estudo de caso. Segundo Masson (*opus citado*):

Esta opção metodológica fundamenta-se na possibilidade de que um caso particular pode ser interrogado sistematicamente, de tal maneira que do processo de investigação venham a ser construídas analogias, que permitam pensar o particular em meio ao espaço das relações gerais que o constituem.

Desse modo, é possível empreender pesquisas sobre as relações presentes em um dado campo social, mesmo que destetenhemos, tão somente, como disse Bourdieu, um “pequeno fragmento”(BOURDIEU, 1989) (MASSON, 2016, 41-42)

Em vista disto, a estratégia para desenvolvermos nosso trabalho foi a de empregar técnicas própria à tradição dos trabalhos etnográficos, sobretudo a observação participante e elaboração de um “caderno de campo” para anotações de nossas observações realizadas *in loco*, isto é, na escola e realização de entrevistas (inclusive de modo “informal”). Sobre nossa presença na escola, os procedimentos que realizamos para que isto viesse a ser possível, bem como a recepção que tivemos por parte de direção da escola, professoras, funcionários e alunos, relatamos à frente.

Na observação do cotidiano escolar tivemos nossa atenção voltada principalmente para as ações pedagógicas desenvolvidas pelas professoras, as relações destas com seus alunos, as relações entre direção, coordenação pedagógica e professoras, momentos de encontro entre as professoras, fossem em reuniões de trabalho (reuniões pedagógicas), fossem em momentos de intervalo de aula, bem como os momentos de entrada dos alunos na escola e os momentos de saída, isto é, de término de aulas.

Procuramos apreender todos esses momentos, descrevendo-os em nosso “caderno de campo”, sempre buscando seguir sugestões expostos por Clifford Geertz em seus estudos etnográficos, em especial em “A Interpretação das Culturas” para a realização da descrição densa de uma situação social. Algo somente possível de ser efetivado plenamente pela presença constante do investigador em uma dada realidade e pelo estabelecimento de interações mais despidas de formalidades entre agentes que vêm a ser objeto de pesquisa e quem desenvolve esta última.

Ao assim procedermos, buscávamos delinear diferentes comportamentos de professoras e alunos, bem como da direção e da coordenação pedagógica da escola, ainda que nem sempre me tenha sido possível estar presente durante as aulas de todas as professoras, afora as consequências da pandemia que veio a interromper nossas observações na escola. Mas dada situação que à frente descreveremos, isto foi parcialmente compensado. De todo modo, buscamos especialmente observar as interações entre os agentes no contexto escolar, buscando aprender as relações de poder e violência simbólica relacionadas de algum modo a fatores religiosos.

Em relação as entrevistas com a equipe da escola, privilegiamos as realizadas com as professoras, dado serem estas que tinham por maior tempo de contato direto com os estudantes (seus alunos) e com a coordenação pedagógica da escola. No caso desta última,

nossa opção por privilegiar a entrevista com quem exercia tal função, decorreu do fato de ser a mesma quem, formalmente, seria responsável pelo estabelecimento dos modos de execução das diretrizes que guiariam o trabalho das professoras junto aos seus alunos.

Devemos observar que para a realização das entrevistas com as professoras foi fator de importância a disponibilidade de tempo das mesmas ou ainda a “boa vontade” em permitir que fossem entrevistadas. Por força de diversos fatores, principalmente a possibilidade das professoras disporem de “tempo” para realizar as entrevistas, não nos foi possível entrevistar todo o corpo docente da escola, como era nossa intenção inicial. Por sua vez, a ocorrência da pandemia também dificultou em muito o processo de entrevistas dada a interrupção prolongada das atividades na escola e a dificuldade de contato com algumas professoras.

Na realização das entrevistas tentamos seguir as recomendações desenvolvidas por Bourdieu quanto ao emprego do que denominou “entrevistas profundas”⁸ para apreender as características das trajetórias de vida das professoras e suas visões de mundo, portanto, características de seus *habitus* de classe.

Embora estivesse entre os nossos objetivos, não nos foi possível realizar entrevistas com pais de alunos. Isto porque, a rotina das famílias não possibilitava maior disponibilidade de tempo para atender à pesquisadora e posteriormente a pandemia impediu todo o contato com a “comunidade escolar”. Apenas realizamos entrevista com antiga moradora do bairro em que se situa a escola para termos uma visão mais detalhada do processo de criação desse estabelecimento escolar e de sua trajetória nos primeiros anos que se seguiram à sua fundação.

Além do trabalho de campo, realizamos simultaneamente pesquisa bibliográfica sobre o crescimento do neopentecostalismo na sociedade brasileira e seus efeitos políticos e no campo educacional nos últimos anos.

Para melhor compreendermos o cotidiano da escola que é nosso objeto de estudo, realizamos levantamento de dados sobre a educação escolar do município em que esta se situa (Nilópolis na Baixada Fluminense) a partir de dados disponibilizados por órgãos governamentais federais como o INEP.

Com fim semelhante, fizemos um levantamento sobre as características demográficas e econômicas da população do município a partir de banco de dados disponibilizado pelo

8 Em “A Miséria do Mundo” (BOURDIEU, 2003), Bourdieu propõe como instrumento de análise de trajetórias dos agentes sociais a entrevista profunda objetivando compreender as percepções dos agentes sociais a partir de relatos desenvolvidos por estes sobre situações sociais em que se encontram ou que vivenciaram.

IBGE.

Mediante revisão de literatura pertinente às ciências sociais, geralmente produzida na última década, buscamos traçar um quadro geral das características políticas do município, bem como empregando dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e outros órgãos públicos e sites de partidos políticos.

A seguir apresentamos uma descrição de ordem geral das características econômicas, demográficas, incluindo algumas informações sobre práticas religiosas, políticas e educacionais do município em que se situa a escola. De igual modo, traçamos algumas considerações sobre o bairro em que esta última se localiza. Em seguida, descrevemos a escola a “chegada e permanência” na mesma para a realização de nosso trabalho.

4. A ESCOLA E SEU MUNICÍPIO: CARACTERÍSTICAS GERAIS E LOCAIS DOS CAMPOS ECONÔMICO, POLÍTICO, RELIGIOSO E EDUCACIONAL

Como mencionado, o universo de nossa pesquisa foi uma escola de rede municipal, com oferta exclusiva dos primeiros cinco anos do ensino fundamental, localizada em área periférica urbana. Por vários motivos que foram, desde a região da Baixada Fluminense ser em sua maior parte, classificada como periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com elevados índices de pobreza em seu interior, até mesmo a maior facilidade de acesso constante à escola, visto que está se localiza no mesmo município em que resido: Nilópolis.

Para o desenvolvimento de nosso trabalho, consideramos ser necessário ter em conta propriedades específicas da escola, como, por exemplo: nível de ensino que oferecia, número de alunos que atendia e características dos mesmos, mas também aspectos de ordem econômica, política e educacional não somente do bairro em que se encontra a escola e da população que nele reside, mas do município de Nilópolis em geral. Isto porque fatores externos ao cotidiano imediato da escola poderiam incidir, mesmo que indiretamente, sobre o que nela acontecia diariamente, em especial no que se referiria às relações entre o corpo docente e alunos, entre direção, coordenação pedagógica, professoras, funcionários e pais de alunos.

Dessa forma, procuramos realizar pequeno estudo sobre Nilópolis, ao mesmo tempo em que definíamos as nossas estratégias de aproximação junto à escola, inclusive para confirmar se atendia aos nossos propósitos de pesquisa, ou seja, se no dia a dia dessa escola ocorreriam as práticas de inspiração religiosas e seus efeitos sobre os alunos.

Ao procedermos ao estudo de Nilópolis, tínhamos em mente ser necessário estabelecer comparações, mesmo que não de modo aprofundado, entre Nilópolis e os demais municípios da Baixada Fluminense em particular, e ao Estado do Rio de Janeiro como um todo.

Não havendo uma definição oficial sobre os municípios que compõem a Baixada Fluminense, optamos por utilizar uma “configuração ampla” e corriqueiramente referida na grande imprensa carioca. Assim compreendemos ser a Baixada Fluminense constituída por treze municípios: São João de Meriti, Nilópolis, Paracambi, Mesquita, Belford Roxo, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Itaguaí, Seropédica, Duque de Caxias, Guapimirim e Magé. Segundo estimativa do IBGE para 2020, visto não ter havido o censo demográfico previsto em função da pandemia de Covid-19, a população da região deveria ser de aproximadamente 17 milhões de habitantes, cerca de 20% a 25% de toda população do estado do Rio de Janeiro. A densidade

demográfica da Baixada Fluminense seria a segunda maior do estado, inferior apenas à da capital do estado (Rio de Janeiro)⁹.

4.1. Características econômicas, demográficas e religiosas de Nilópolis

Entre os municípios da Baixada Fluminense, Nilópolis é um dos mais antigos. Foi distrito de Nova Iguaçu, até a emancipação ocorrida em 1947. Como muitas outras cidades da Baixada, cresceu ao entorno dos trilhos da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil (hoje Supervia) e até os dias atuais tem a estação de trem como principal referência geográfica, localizada no centro da sede do município.

Situado entre Mesquita, Rio de Janeiro e São João de Meriti, Nilópolis tem quinze bairros distribuídos em dois distritos (sede/Nilópolis e Olinda). É um dos menores municípios do Estado, com área territorial de aproximadamente 20.000 km². No entanto, apresenta uma das mais altas densidades demográficas da região e do país: 8.118, 62 habitantes por km²¹⁰. De acordo com último censo do IBGE (2010) habitavam no município pouco mais de 150.000 habitantes. Tendo sido estimada para 2020 uma população em torno de 160.000 pessoas, com 27% de crianças e adolescentes, ou seja, com idade entre zero e dezoito anos¹¹.

Como acontece em boa parte dos municípios da Baixada Fluminense, aproximadamente metade dos trabalhadores que residem em Nilópolis trabalha fora do município, principalmente no Rio de Janeiro, para onde se deslocam diariamente, mantendo assim a característica, desde o final da primeira metade do século XX de “cidade dormitório”.

Nas atividades econômicas municipais, a produção industrial local, que nunca foi de magnitude similar às de outros municípios da Baixada como Duque de Caxias e Nova Iguaçu (antes da emancipação de parte dos distritos deste último), era responsável por apenas aproximadamente 6% do PIB municipal¹², conforme dados do IBGE relativos a 2016¹³,

9 Dados do IBGE para 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>.

10 Veja-se <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/> e <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>; <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/panorama> e <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/nilopolis.htm>.

11 Estratificação etária das estimativas populacionais produzidas pelo IBGE calculada pela Fundação Abrinq, tendo como base o Censo Demográfico 2010 - Método AiBi. Disponível em: <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao/1048-estratificacao-da-populacao-estimada-pelo-ibge-segundo-faixas-etarias?filters>>

12 Conforme Estudos Técnicos E Planejamento Regionalizado Metropolitano Do Abastecimento De Água E Esgotamento Sanitário - Apendice 10 Nilópolis. (RIO DE JANEIRO, 2020). Disponível em http://www.rj.gov.br/consultapublica/documentos/Grupo4-Plano_Metropolitano_de_Saneamento/Apendice_10_-_Nilopolis.pdf

13 Conforme pode ser observado em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/panorama>.

sinalizando os efeitos locais do processo de desindustrialização que atingiu, em geral, todo o país e, em particular, o Estado do Rio de Janeiro. Por consequência, a população tem no setor de serviços a fonte principal de renda. Neste, acompanhando a tendência nacional dos últimos anos, é muito expressiva – e crescente - a presença do trabalho informal. Uma característica, que embora bastante acentuada em Nilópolis, é comum a toda região da Baixada Fluminense. Deve ser observado que a informalidade tem produzido entre outros efeitos, o de reduzir o deslocamento para centros urbanos maiores, visto que as atividades informais tendem a ser realizadas em locais os mais próximos possíveis das residências dos trabalhadores a fim de evitar despesas com transportes.

No setor de serviços, destacam-se como polo incorporador de força de trabalho no mercado formal, os serviços públicos sob administração municipal, aspecto que ressaltamos, dados os efeitos expressivos, embora indiretos, que isto se relaciona ao nosso tema de estudo.

Em 2018, ainda segundo dados do IBGE, o percentual de pessoas ocupadas no mercado de trabalho formal em Nilópolis era somente de 12,8% do total da população economicamente ativa local. Entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, Nilópolis se encontra entre os vinte que apresentam menor inserção de trabalhadores no mercado formal. Mesmo na Baixada Fluminense onde é muito grande a informalidade, somente Japeri, Belford Roxo (município onde a presença industrial já foi significativa) e Mesquita apresentavam índices superiores de informalidade. A alta informalidade se fazia – e provavelmente assim permanece - acompanhada também de elevado percentual de pessoas com baixa renda. Em 2018, 33,8% da população do município possuíam, como renda mensal máxima, meio salário mínimo¹⁴.

Quanto à população ingressa no mercado de trabalho formal, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1.8 salários mínimos, o que fazia do município de Nilópolis, um dos 25% que apresentam as médias salariais mais baixas em todo o estado. Do conjunto de 92 municípios fluminenses, a média salarial de Nilópolis era igual ou superior apenas a de outros 24 municípios. Na própria Baixada Fluminense, era o município, junto com Magé, que apresentava a menor média salarial para trabalhadores inseridos no mercado formal.

Observe-se que, como em anos posteriores a 2014, (sendo 2018 o último ano em que há dados disponibilizados por município pelo IBGE), somente quatro municípios (Macaé, Rio de Janeiro, São João da Barra e Seropédica – o único da Baixada Fluminense), apresentavam média

14 Também conforme <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/panorama>.

salarial superior ao que o Dieese indicava na época como devendo ser o salário mínimo necessário¹⁵.

A elevada informalidade e o baixo valor dos salários médios do mercado formal de trabalho, também são elementos que consideramos importantes para o desenvolvimento da análise de nossa temática de estudo.

Embora seja alta a informalidade e baixa a renda de grande parte da população do município, outros aspectos aparentam contradizer uma imagem altamente negativa das condições de vida no município. Um deles é relacionado diretamente às condições sanitárias da população local. Conforme dados do IBGE, em 2010 aproximadamente 100% dos domicílios (98,7%) contavam com esgotamento sanitário adequado e 91% dos domicílios urbanos em vias públicas, possuíam urbanização considerada adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)¹⁶.

Todavia, em relação ao tratamento de esgotos¹⁷, um dado importante para caracterizar as condições de vida da população, especialmente em se tratando de áreas urbanas, este era praticamente inexistente no município, sendo os resíduos sanitários lançados *in natura* nos rios que cortam o município de Nilópolis (rio Sarapuí e rio Pavuna). Este, possivelmente pode ser um fator, em parte responsável pelos problemas de saúde da população, a qual apresentava uma taxa de mortalidade infantil superior à média nacional.

A área da saúde em geral, é um dos problemas mais conhecidos no município, sendo comum haver na imprensa notícias sobre o funcionamento precário de postos de saúde e hospitais, algo que não é uma exclusividade do município em questão, mas característica comum a Baixada Fluminense. Ainda que não se possa desconsiderar as relações entre as condições de saúde, atitudes comportamentais, processos de escolarização das populações e a formas coletivas de organização popular político-reivindicativas, essas relações não se constituíram em objeto de nosso estudo.

15 Conforme “Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos” (DIEESE, 2019). Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

16 Veja-se: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/panorama>. Acessado em 02 de março de 2021. Observe-se também que Nilópolis, dadas as injunções políticas existentes com o governo federal nos anos em que foram realizados os primeiros loteamentos na região, foi localidade pioneira quanto à iluminação pública e acesso a água encanada no que será posteriormente a sede do município.

17 Segundo “Estudos Técnicos E Planejamento Regionalizado Metropolitano do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário/Apêndice 10 -Nilópolis”, disponibilizado pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2020), em 2018 a cobertura do serviço de coleta de esgotos para a população do município seria de 29,5% e 4,5% o índice de tratamento dos esgotos coletados.

Apesar dessas insuficiências, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁸ atribuído a Nilópolis em 010 foi de 0,75310. Este resultado situava o município em faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)¹⁹ superior à da média dos demais municípios da Baixada Fluminense e de todo estado do Rio de Janeiro.

Com relação a opções religiosas da população, aspecto de importância primeira em nosso trabalho, Nilópolis, acompanhando uma tendência nacionalmente presente, passou a apresentar significativo crescimento de praticantes da fé protestante, em particular das chamadas ramificações “neopentecostais”. Essas, como é sabido, ganharam impulso e força na sociedade brasileira desde anos 1970 e sobretudo a partir dos anos 1990 quando passaram a empregar meios midiáticos para difusão de seus princípios religiosos e ampliar o número de adeptos, conforme salienta Picolotto (2016).

Segundo os dados disponibilizados pelo IBGE e coletados pelo Censo Demográfico de 2010, em Nilópolis cerca de 51 mil residentes se declaravam protestantes (não sendo diferenciadas as específicas denominações ou confissões), quase a mesma quantidade daqueles que afirmavam ser católicos (cerca de 61 mil moradores)²⁰.

Embora a Baixada Fluminense também tenha sido conhecida pela existência de diversos terreiros de candomblé e umbanda, somente pouco mais de 2 mil habitantes do município se declararam adeptos dessas denominações religiosas. Considerando o apontado por inúmeros estudos acerca da ampliação numérica no Brasil de protestantes, especialmente os de confissão “neopentecostal”, em relação a católicos e demais grupos religiosos, a diferença entre os dois principais grupos (católicos e protestantes), provavelmente deve ter se reduzido ainda mais no município. Um dos possíveis sinais de tal situação vem a ser também expressiva presença de vereadores do município que afirmam ser protestantes ou buscam ter no “eleitorado evangélico” uma fonte de votos.

4.2. Características políticas de Nilópolis

A história política de Nilópolis está relacionada a fatores que se entrecruzaram, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970 em três espaços distintos: a contravenção, que assumiu um caráter mais regional²¹; a repressão política (oficial ou paramilitar),

18 O cálculo do IDHM leva em conta fatores como longevidade, acesso a educação e padrão de vida.

19 O índice varia de zero até 1, sendo considerado: muito alto, maior ou igual a 0,800 até 1,000; alto quando maior ou igual a 0,700 até 0,799; médio, de 0,500 a 0,699; baixo, entre 0 e 0,499.

20 Conforme gráficos 1 e 2 em Apêndice A.

21 Ainda que o grupo político das famílias Sessim-Abraão esteja relacionado a práticas ilegais formalmente denominadas de contravenção (o jogo do bicho), trabalhos diversos, entre os quais o de Bezerra (2010) e de Jupiara e Octavio (2015) apontam laços do grupo relacionados ao tráfico de drogas e extorsão.

fortalecendo nacionalmente os elos do grupo dominante à ditadura militar particularmente em seus anos mais repressivos e com segmentos políticos ultraconservadores e ao “universo do samba”, mediante ações junto à escola de samba Beija-Flor de Nilópolis.

Com as vitórias obtidas a partir de 1976 (primeira escola a ser campeã nos desfiles cariocas), a escola de samba se tornou uma espécie de “cartão postal” da cidade, passando o nome do município ser nacionalmente conhecido e associado à escola. Ficando também conhecida por ser objeto de grandes polêmicas em função das mudanças introduzidas em seus desfiles e se constituindo em uma expressão de orgulho dos moradores. É comum o uso de camisetas com slogan e nome da agremiação, assim como diversas lojas comerciais também aludem à escola.

Bezerra (2010; 2013) salienta que, dado os elos estabelecidos entre o grupo político dominante e a escola de samba, também terminou configurando fortes laços entre esta e o poder público local, visto que, dado o apoio e participação do grupo político as atividades da agremiação, terminou por ser uma forma de legitimação tanto deste grupo como também das atividades de contravenção a ele ligadas²².

O entrecruzar desses três fatores deu à vida política de Nilópolis traços específicos, mesmo se considerarmos os aspectos políticos de outros municípios da Baixada Fluminense onde a violência política, o clientelismo e o “mandonismo” foram – e continuam sendo - comuns²³.

Um desses traços específicos é a continuidade do domínio político local por um mesmo grupo político. Desde o final dos anos 1960 as famílias Sessim David e Abraão David assumiram o domínio do poder municipal. As duas famílias possuíam origens sociais comuns (pequena burguesia tradicional de origem libanesa desenvolvendo atividades comerciais) e laços de parentesco, que se transformaram em estreitos e fortes vínculos políticos, configurando algo que poderíamos, grosso modo, denominar de uma oligarquia local. Excetuando o intervalo de 1992-2000 e os anos de 2013 a 2016, momentos em que, dissidentes do grupo ocuparam o executivo municipal, em todos os demais momentos a dominância dos David-Sesim permaneceu contínua.

Nem mesmo quando do chamado “efeito Brizola”, especialmente na capital e na

22 Desde meados dos anos 1960, o grupo político teve presença na direção da agremiação e de 1972 até hoje, com a exceção de Luiz Carlos Duarte Batista, todos os seus presidentes pertenciam à família Abraão David. Albuquerque (2018) analisa a permanência dos elos entre o grupo político dominante no poder executivo municipal e a escola de samba mesmo durante o período de governos federais de centro-esquerda.

23 Nesse sentido vejam-se os trabalhos de ALVES (2003), BEZERRA (2010) e SALES e FORTES (2016).

Baixada Fluminense, por ocasião das eleições de 1982, o grupo foi derrotado.

Esta continuidade do domínio municipal por um mesmo grupo político contrasta com a história da Baixada Fluminense. Nesta, os diversos grupos econômica e politicamente dominantes, em grande parte com origens que remontam aos anos posteriores à Revolução de 1930, se alocaram nos antigos PSD (Partido Social Democrata), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) ou ainda no PST (Partido Social Trabalhista). De modo geral, nos municípios da Baixada, em especial Nova Iguaçu, o PSD veio a ser a principal força política da região, com a exceção de Duque de Caxias, onde houve a proeminência da figura de Tenório Cavalcanti, ligado à UDN e adversário de Getúlio Vargas até romper com esta última e ingressar no PST²⁴.

Porém, com a ditadura militar e, sobretudo, após o estabelecimento de regime democrático liberal a partir de 1988, nos demais municípios da Baixada, ao contrário de Nilópolis, houve muito maior alternância de poder entre os grupos políticos dominantes, conforme salienta Albuquerque (2014).

Em Nilópolis, as rivalidades entre a UDN (União Democrática Nacional) que elegeu o primeiro prefeito da cidade (João Moraes Cardoso) e o antigo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), marcaram o cenário político local de meados da década de 1940 até o final dos anos 1950. A UDN venceria três das cinco eleições para o executivo municipal ocorridas antes de 1964. O PTB venceria as eleições de 1963, mas com o golpe militar, o prefeito Eracydes Carvalho teve seu mandato revogado (“cassado”) pelo governo ditatorial²⁵.

O primeiro prefeito eleito, João Moraes Cardoso Júnior (também vencedor nas eleições de 1955), seria o “patrono” político do jovem médico, filho de comerciantes locais de origem libanesa, Jorge Sessim David, primo de Anísio Abraão David. Jorge foi eleito deputado estadual do antigo Estado do Rio de Janeiro pela primeira vez em 1962, pela UDN. Como o estabelecimento do bipartidarismo pela ditadura militar, o grupo político que passou a ser principal força política local ingressou na ARENA e posteriormente no PDS.

Os Sessim-Abraão, muito próximos de segmentos mais extremados da direita militar

24 No final dos anos 1950, o PST assumiu posições mais progressistas sendo alguns de seus parlamentares integrantes do Partido Comunista do Brasil, posto na clandestinidade em 1947. Com a ida para o PST o jornal de Tenório Cavalcanti (A Luta Democrática) assume posições nacionalistas e em favor das “reformas de base”, apesar do noticiário policial de caráter sensacionalista ter continuando como sendo sua principal característica

25 Segundo Bezerra (2010) com a ditadura militar diversas figuras políticas pertencentes aos antigos PSD e PTB tiveram seus direitos políticos suspensos, abrindo espaço para a consolidação do poder pelas lideranças locais da UDN, durante o período em que Nilópolis foi governada por interventores nomeados pelo governo ditatorial.

consolidaram seu domínio em 1970, afastando do poder João Moraes Cardoso, que tinha sido eleito prefeito (pelo MDB). Mediante processo de impeachment. Moraes Cardoso foi acusado de malversação de recursos públicos e manutenção de “funcionários fantasmas” na prefeitura

Não foi nossa preocupação analisar os conhecidos elos entre as forças políticas dominantes no município e a contravenção, objeto de inúmeras pesquisas realizadas sobre a região e os elos entre a contravenção, grupos paramilitares e os governos ditatoriais, como as de Alves (2003) e Jupiara e Otávio (2015). Na maioria destas pesquisas, Jorge Sessim David é apontado como informante da ditadura militar e são apresentados diversos vínculos entre agentes da repressão política (policiais e militares que atuam como torturadores) durante os governos militares e o grupo político Sessim-Abraão. Sendo ainda importante assinalar que, pouco antes e durante o período do regime ditatorial militar, encontramos profissionais do magistério ligados a esse grupo político em posições proeminentes no campo educacional. Esses profissionais atuaram como diretores de escolas e dirigentes de órgãos estaduais e municipais ligados à educação escolar.

Desnecessário salientar a importância política dessas posições no campo educacional durante as décadas de 1960 e 1970, dado que diversas demandas particulares do magistério e mesmo da população em geral em grande parte dependiam de posicionamentos favoráveis dos que ocupavam postos estratégicos na burocracia educacional, como; possibilitar com maior rapidez matrículas em escolas da região, distribuir cargos de direção de escolas, facilitar transferências e licenças de professores, afora contratações no serviço público estadual (e municipal) estas eram ações que tinham por efeito a obtenção de apoio político, isto é, formar clientelas políticas fiéis. Apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer a obrigatoriedade do ingresso no serviço público mediante concurso, maneiras diversas têm sido empregadas para burlar o dispositivo constitucional.

Desse modo, salientamos a possibilidade de ações no campo educacional produzirem capital social e propiciarem capital político, inclusive gerando ganhos financeiros. Isso torna a preponderância política no interior das escolas e outros órgãos ligados à estrutura administrativa responsável pela educação escolar algo até hoje bastante vantajoso, visto as possibilidades dos seus efeitos na concretização de interesses no campo político, como terminamos por reafirmar em nosso trabalho mesmo, como procuramos demonstrar, isto se faça também por mediações entre outros campos como o religioso.

Mas se Nilópolis tem na continuidade por décadas do domínio local por um determinado grupo político uma de suas particularidades quanto ao campo político, em outros aspectos o

município não se diferencia tão significativamente dos demais da Baixada Fluminense, ainda que por vezes nele alguns desses aspectos terminem sendo mais acentuados. Nesse sentido, é digna de nota a baixíssima representatividade político-partidária das mulheres. Embora em Nilópolis, segundo dados do último censo demográfico, realizado em 2010, as mulheres sejam aproximadamente 55% da população local e nos diversos serviços públicos – como educação e saúde - a presença feminina é expressiva, entretanto, nunca uma mulher foi eleita prefeita. Somente nas eleições de 2016 e 2020 mulheres foram eleitas para os cargos de vice-prefeitas²⁶.

Na Câmara Municipal, composta por 12 vereadores, também a presença de mulheres é rara. Nenhuma mulher foi eleita nos pleitos de 2020, 2016. Nos de 2012 e 2008 apenas uma mulher foi eleita. Um sinal de predominância de perspectivas conservadoras no comportamento político do município, o que é claramente afirmado pela presença maior no campo político de representações de agrupamentos políticos de ideologias conservadoras de direita e centro-direita.

Se durante a ditadura militar, o principal grupo político (Sessim-Abraão) teve na ARENA seu espaço partidário de atuação preferencial, com o estabelecimento do atual regime democrático liberal, o grupo já se fez presente em diferentes partidos de teor conservador. Mesmo sendo relativamente reduzido o número de cargos parlamentares no município, há forte tendência para a reeleição de vereadores, ao menos para mais um mandato. No entanto, isso não impede a mudança de sigla partidária dos parlamentares entre uma eleição e outra. Ao contrário, a “troca de partido” não é prática incomum no município como se pode constatar mediante consulta, ainda que rápida, dos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A presença de representação parlamentar de partidos de esquerda no município é historicamente mínima. Embora os parlamentares eleitos na Baixada Fluminense, sejam em sua maioria vereadores conservadores e autodeclarados apoiadores do atual presidente, o apoio bolsonarista, ao contrário das eleições de 2018, quando saiu fortalecido, não influenciou os resultados das últimas eleições para os executivos municipais, elegendo apenas dois prefeitos explicitamente de extrema direita em todo estado do Rio de Janeiro²⁷. Em outras palavras,

26 Com a morte do prefeito Farid Abraão David (era sua terceira gestão no município) em dezembro de 2020, assumiu o cargo a vice-prefeita – e esposa do falecido prefeito – Jane Louise Martins David. Significativamente, Farid foi eleito pelo PTB e Jane foi candidata pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Ambos, com idade acima de 70 anos, apoiaram a candidatura do sobrinho Abraão David Neto, que concorreu – e foi eleito - pelo Partido Liberal (PL).

27Conforme: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/16/apos-onda-em-2018-bolsonarismo-sai-derrotado-em-maiores-colegios-do-rj.htm>; <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-umeros/noticia/2020/11/16/veja-o-desempenho-dos-candidatos-a-vereador-apoiados-por-bolsonaro.ghtml>; [https://www.cartacapital.com.br/politica/esquerda-tenta-folego-em-meio-ao-](https://www.cartacapital.com.br/politica/esquerda-tenta-folego-em-meio-ao-31)

comungam em grau não pequeno de valores e percepções das ideias expressas por bolsonaristas e outros grupos extrema direita. Assim, predominam historicamente nas câmaras dos municípios da Baixada visões conservadoras sobre a sociedade e, por consequência, também sobre questões de ordem municipal. Nesse sentido, o quadro político de Nilópolis não vem a ser exceção, pelo contrário, reafirma a situação predominante em toda a Baixada Fluminense.

4.3. Características da Educação Escolar em Nilópolis

Embora o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²⁸ nos últimos anos (2017 e 2019)²⁹, considerando os dados de todos os anos e as séries coletados, tenha se aproximado das metas esperadas, Nilópolis se encontra entre vinte municípios do Estado do Rio de Janeiro que apresentam os resultados de menor expressão.

Observando mais detalhadamente o quadro educacional do município, pode se depreender alguns fatores que, mesmo de forma indireta podem incidir sobre os processos de escolarização locais, particularmente na rede sob administração da prefeitura municipal. Entre esses fatores temos a relação entre o número de escolas existentes por rede de ensino e o quantitativo de estudantes.

É significativo que em relação ao ensino fundamental, na época da pesquisa o município tivesse 20 escolas de rede pública (08 estaduais e 12 municipais), que eram responsáveis pela escolarização de cerca de 5000 estudantes. Por sua vez, a rede privada é composta por 44 escolas que se responsabilizam pela escolarização de pouco mais de 3400 estudantes.

Na educação infantil verificamos quadro desigual semelhante: 2273 crianças matriculadas em 14 instituições públicas (todas municipais) contrastando com cerca de 3000 crianças matriculadas em 60 instituições privadas.

Quanto ao ensino médio (regular e/ou técnico integrado), havia no município 13 escolas da rede estadual e uma federal (técnico integrado). Estas eram responsáveis pela escolarização de cerca de 7600 estudantes. Aproximadamente 7000 em escolas estaduais e 600 na federal. Na rede privada, havia 09 escolas que se responsabilizavam pela escolarização de aproximadamente 1400 estudantes. A rede municipal não oferece ensino médio.

conservadorismo-no-rio-de-janeiro/; <https://nilopolisonline.com.br/2020/11/16/candidato-bolsonarista-surpreende-e-consegue-vaga-na-camara-de-nilopolis/>

28 IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/indice-de-desenvolvimento-da-educacao-basica>>

29 Os resultados referentes ao município de Nilópolis estão disponibilizados em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=7041266>.

Essas situações desiguais relativas às relações entre o número de matrículas e o de instituições nas diferentes redes de ensino, também é perceptível quando observamos as proporções entre quantitativo de professores e número de estudantes.

Considerando todos os matriculados na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio temos nas redes públicas (federal, estadual e municipal) de Nilópolis aproximadamente 1200 professores para um total de quase 19000 estudantes. No conjunto das escolas privadas temos 13000 estudantes para pouco menos de mil professores.

Conforme relatos das entidades sindicais ligadas aos professores das redes públicas e privada, em todas elas as condições de trabalho se mostram difíceis, com menor exceção, a princípio, na instituição federal. Há claros indicativos de que são maiores as dificuldades pertinentes ao trabalho dos professores nas redes públicas, notadamente na rede municipal. A média da remuneração do magistério era da ordem de 1,3 salários mínimos (dados de 2018³⁰), portanto inferior à média salarial dos trabalhadores ingressos no mercado de trabalho formal do município.

Além dos baixos vencimentos no momento em que realizamos o levantamento de dados sobre salários no município (2020), aproximadamente 43% dos professores eram regidos por contratos temporários, não sendo concursados e nem, conseqüentemente, efetivos no serviço público.

A Constituição Federal determina, no artigo 37, inciso IX, que: “*A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público*”. Portanto, os contratados devem provisoriamente ocupar cargo público até ocorrer substituição por profissional aprovados em concurso público, não se justificando o emprego contínuo do expediente das contratações temporárias.

Entretanto, em Nilópolis, como em outros municípios da Baixada Fluminense, o que seria uma prerrogativa do poder executivo para situações excepcionais, se transforma em prática administrativa usual. Ainda que ocorram eventualmente concursos públicos para cargos municipais, o quantitativo de vagas em disputa quase sempre tem sido aquém das necessidades, as quais são em parte respondidas mediante contratações temporárias.

Esta prática termina se transformando localmente em um instrumento de configuração de clientelas políticas. Esse aspecto - ser componente importante de clientelas políticas - pertinente a parcelas do magistério local se constitui em elemento significativo em nosso estudo

30 Salário de professores de acordo com dados do último concurso municipal <https://nilopolis.rj.gov.br/site/concursos/concurso-publico-educacao-2016/>

dados seus efeitos no cotidiano escolar como procuramos demonstrar em nossa análise da escola que foi nosso universo de pesquisa.

4.4. O Bairro da Escola

A escola municipal escolhida para realizar a pesquisa de campo do nosso trabalho está localizada em um bairro considerado como um dos mais “periféricos” do município. O bairro possui uma imagem estigmatizada de violência e abandono, seja na própria cidade de Nilópolis, como na Baixada Fluminense em geral. Sendo caracterizado principalmente pela pobreza de sua população, composta predominantemente por famílias de trabalhadores de baixa renda, em sua maioria negros, com média salarial entre meio salário mínimo e um máximo de dois salários mínimos³¹.

Esse pequeno bairro se situa a cerca de 2 km do centro de Nilópolis, porém dentro do bairro encontramos infraestrutura suficiente para o dia-a-dia, tal como um modelo de pequenas cidades descritas em obras de ficção. Temos na parte central do bairro, uma pequena praça que apesar das más condições de conservação se mantém como opção de lazer, com brinquedos para as crianças como: escorregador, balanço e gangorra, em sua maioria quebrados e enferrujados, e as tradicionais mesas de concreto com tabuleiro para jogos, sendo comum ver ali alguns moradores conversando pela manhã ou jogando cartas. No final da tarde e início da noite a praça ganha alguns atrativos como trailers de pipoca e lanches o que atrai algumas pessoas.³²

Ao redor da praça encontramos um posto de saúde ambulatorial que apesar da aparência externa de má conservação, ainda funciona com alguns serviços básicos de saúde. Em frente ao posto, fica a paróquia católica, tradicional no bairro³³. No entorno, se concentra também pequenos comércios como minimercado, padaria, uma farmácia e pequenos bares. Saindo do redor da praça entrando pelas ruas do bairro encontramos a escola e algumas outras igrejas, porém todas protestantes, inclusive uma em frente à escola e outras espalhadas por dentro das ruas estreitas no interior do bairro.

31 Conforme dados do Censo Demográfico IBGE 2010 : <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3177#resultado>

32 Cabe que ressaltar que o trabalho de campo teve início em 2019 e foi interrompido em 2020 devido a pandemia sars cov-2. Porém apenas em dezembro de 2021 foi feita reforma e revitalização da praça.

33 Essa paróquia deu origem à escola em questão. À frente explicaremos melhor esse vínculo.

Por ser um bairro pequeno, em torno de uma hora de caminhada se percorre todo o bairro, isso justifica a proximidade entre os moradores, os alunos da escola e suas famílias, todos parecem se conhecer, morarem perto ou terem parentescos entre si.

Em vários pontos do bairro, é possível encontrar árvores nas calçadas, entretanto, o que poderia ser belo para o bairro e até benéfico para amenizar o clima quente, acaba por vezes gerando transtornos, já que manter o controle da arborização não é tarefa simples, as raízes das árvores quebram as calçadas causando buracos e desníveis; galhos maiores encobrem os fios de alta tensão e se chocam com a rede elétrica, afetando o fornecimento de energia. Segundo relatos não há uma poda regular da prefeitura e os próprios moradores buscam fazer essa manutenção. Entretanto, além de ser uma tarefa arriscada, é ineficiente:

“— A gente liga para a Prefeitura, aí a prefeitura diz que tem que ligar para a Light, que o pessoal da prefeitura não pode podar as árvores com a energia ligada. Quando ligamos para a Light, eles mandam a gente avisar a Defesa Civil e a prefeitura, com isso ficamos nesse jogo de um empurrar para o outro, até que, em um dia de tempestade o vento quebre uns galhos que derrubem os fios. O pessoal faz o que pode pra tentar cortar os galhos, mas é perigoso tem o risco de as pessoas pisarem e levar choque”. (funcionária da escola e também moradora do bairro)

Para além de algumas ruas que possuem calçadas arborizadas a esmo, o bairro também conta com um antigo parque municipal arborizado, criado em 1949, com uma área de 9 mil metros, o parque municipal era uma pequena área verde de lazer no bairro, porém nos últimos anos, sofreu com abandono e falta de manutenção, dentro do parque chegou a ser construída uma sede para funcionar um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma pista para corridas e caminhadas, quiosques, anfiteatro, bancos e brinquedos, agora degradados perderam sua finalidade por falta de manutenção.

No período da realização do trabalho de campo³⁴ o parque estava aparentemente abandonado, via-se muito lixo acumulado e servia apenas de abrigo para animais abandonados, moradores de rua e usuários de drogas. Segundo relatos, a “algum tempo atrás”, as famílias frequentavam o parque nos finais de semana para atividades de lazer e durante a semana aconteciam atividades educativas ligadas ao Meio Ambiente e à Cultura. Mas com o passar do tempo, a estrutura do parque não recebeu a manutenção necessária e o mesmo passou por um processo de degradação e as atividades não foram mantidas.

34 Cabe que ressaltar que o trabalho de campo teve início em 2019 e foi interrompido em 2020 devido a pandemia Sars cov-2. Porém apenas em março de 2021 a prefeitura realizou ação de limpeza no parque e anunciou revitalização do local. <https://nilopolisonline.com.br/2021/03/31/prefeito-abraao-david-neto-visita-o-parque-municipal-sara-areal/>

Recentemente em 2021, a prefeitura iniciou uma obra de revitalização do parque para que voltasse a ser frequentado pelos moradores, interessante salientar que alguns meses depois da obra, foi inaugurado no local um “monumento à bíblia” tipo de monumento inédito na cidade, o evento contou com presença de alguns representantes do poder público municipal, entre os quais o superintendente de assuntos religiosos e contou também com uma apresentação de um grupo religioso pentecostal. Importante sinalizar esse fato, por ser um marco na mudança política da cidade, como citado anteriormente a cidade que antes era predominantemente católica, convivendo pacificamente com “terreiros” e “barracões” de representantes de religiões afro-brasileiras, passou a apresentar significativo crescimento de praticantes da fé protestante, em particular das chamadas ramificações “neopentecostais”. Nesse contexto, a câmara municipal também apresenta expressiva presença de vereadores do município que afirmam ser protestantes ou buscam ter no “eleitorado evangélico” uma fonte de votos.

Na divisa com outro bairro e com o município vizinho Mesquita, temos o Parque de Eventos de Nilópolis, um grande espaço aberto, onde acontecem as comemorações municipais, sendo o aniversário da cidade a mais tradicional. No dia a dia, o espaço aberto era utilizado para aulas de direção e para a realização de provas práticas do Detran. Na época da pesquisa, devido a pandemia, foi instalado no local um ponto de vacinação contra COVID-19 com sistema drive-thru.

Para além das características particulares do bairro e do seu entorno, cabe ressaltar uma questão do município como um todo, mas que também afeta sobretudo e diretamente aos moradores desse bairro, a migração para trabalhar em outros municípios, em locais distantes, o que demanda tempo, transporte e segurança.

No caso do bairro em questão, este só conta com uma linha de ônibus municipal, que passa por dentro do bairro e leva até o centro do município, onde os moradores tem acesso a estação de trem e aos transportes intermunicipais, porém com intervalos irregulares. Os moradores se queixam das longas esperas no ponto, muitos optam por pegar um “mototáxi”, meio de transporte popular e comum não só no município como em toda baixada fluminense e regiões periféricas do Rio de Janeiro, principalmente no interior dos bairros para suprir a deficiência do transporte público municipal, tanto que recentemente a prefeitura de Nilópolis admitiu essa deficiência e oficialmente regulamentou os mototaxistas da cidade³⁵.

35 Embora oficialmente regulamento na prática, o serviço prestado não sofreu alteração e a fiscalização do serviço é inexistente. <https://nilopolisonline.com.br/2019/07/27/servico-de-mototaxi-em-nilopolis-e-regulamentado/>

Muitos moradores do bairro optam por ir caminhando até uma rua principal, que possui outras opções de ônibus. Porém, a noite o local se torna muito perigoso para os transeuntes, ao conversar com moradores, dificilmente encontrará alguém que não saiba de um assalto no bairro recentemente ou que não tenha sido o mesmo assaltado ou furtado nas redondezas.

É importante salientar que, segundo relatos de vários moradores e que pode ser também verificado em estudos realizados nos últimos anos, Nilópolis já foi considerado um local seguro, em virtude da presença dos grupos de extermínio que asseguravam uma pretensa “tranquilidade local”, uma vez que, era de conhecimento de todos que os moradores do município, tinham proteção de policiais e militares por influência da família ligada a escola de samba Beija Flor que governava o município.

“A engrenagem de poder nas agremiações sob domínio de bicheiros, como a Beija-Flor, era pesada. Em torno de adrecistas, costureiras e marceneiros, concentrados em confeccionar fantasias e alegorias, circulavam PMs, policiais civis, militares da ativa e da reserva — conhecidos, amigos ou seguranças do patrono e de sua família. Uma rede que protegia os negócios e era sustentada por dinheiro, tráfico de influência ou troca de favores.” (JUPIARA; OTÁVIO, 2015, p. 56).

Essa aliança entre a escola de samba Beija Flor, grupos de extermínio e política garantiram, durante muitos anos, a sensação de segurança a população local, que legitimavam determinadas práticas de violência em troca da segurança dos “moradores de bem”, informação comum que circulava na cidade era de que, quem fosse pego roubando dentro do município, não pagaria pelo crime na cadeia.

Porém, nos últimos anos a violência tem sido marca da cidade, o relatório do Atlas da Violência publicado em 2019, apontou Nilópolis como o segundo município mais violento do Estado.³⁶ O bairro em questão não é bem visto perante aos moradores dos demais bairros de Nilópolis e de municípios vizinhos, sendo considerado por todos os entrevistados, como ainda mais violento que os demais bairros da cidade, levando em conta tanto assaltos que ocorrem com frequência, como também casos de homicídios.

Segundo os moradores, o bairro sofre ainda mais com a violência por fazer divisa com os bairros Vila Norma e Cosmorama, bairros estes, também violentos, pertencentes aos municípios vizinhos de São João de Meriti e Mesquita, o que facilitaria o acesso e fuga de

36 Relatório publicado em 2019 com dados referentes ao ano de 2017. A metodologia utilizada no relatório, considera o número de óbitos por agressão mais o número de óbitos ocasionados por intervenção legal mais o número de homicídios ocultos, ou seja, o cálculo levou em consideração o tamanho da população versus a quantidade de homicídios. Relatório completo: nilopolisonline.com.br/wp-content/uploads/2019/08/atlas_da_violencia_2019_municipios.pdf

agentes externos que adentram o município para prática de roubos e furtos. Os moradores mais antigos relatam um certo saudosismo do passado em que, segundo eles Nilópolis era uma cidade tranquila, e práticas criminosas não aconteciam dentro dos limites da cidade.

Durante a pesquisa de campo, o tema da violência no bairro e no município era constante, por ocorrer casos recorrentes de furtos e assaltos a pedestres fui diversas vezes orientada por funcionários da escola a não parar sozinha no ponto do ônibus depois que escurecer e não usar o celular na rua, como se houvesse um toque de recolher ao anoitecer no bairro, por conta dessa insegurança até os motoristas de carros de aplicativos evitam o bairro em alguns horários, os moradores se tornam reféns tanto da violência, como do transporte ineficiente.

O quadro do bairro, apesar das possíveis opções de lazer, se mostrava marcado pelas dificuldades vivenciadas pelos moradores e isto de alguma forma também incidiria sobre o cotidiano da escola, nem que isto viesse a tomar o sentido de como “educar” pudesse ser uma forma de “melhorar” as condições de existência, quase sempre entendida muito mais como decorrência de características morais individuais do que resultantes das relações sociais. A força dos discursos religiosos conservadores se desenvolverá tendo tal tipo de percepção da realidade como elemento do senso comum.

4.5. A Escola

Já relativamente antiga no bairro, a escola tem forte vínculo histórico com uma instituição religiosa não protestante e sim a paróquia católica local. A princípio, segundo relatos de funcionários, antes mesmo da atual escola existir, as primeiras turmas iniciaram suas aulas em um espaço cedido pela igreja, em entrevista realizada com uma das coordenadoras da igreja³⁷ e moradora antiga do bairro ela relata com detalhes desde a fundação da igreja, a doação do terreno para a sua construção e confirma sobre a origem das primeiras turmas que funcionaram dentro da paróquia por alguns anos até a construção da escola no terreno vizinho, tanto é que a escola após construída levou o mesmo nome da comunidade católica em que teve seu início.

O motivo principal para o surgimento da escola e de seu início ocorrer nas dependências da paróquia foi o atendimento à demanda da população. Esta desejava que fosse criada uma escola no próprio bairro e que atendesse especialmente as crianças menores em fase de alfabetização.

37 Entrevista completa apêndice C

Ainda hoje essa demanda permanece como a mais importante para a população local. A escola ao longo de toda sua existência permaneceu oferecendo somente o atual ensino fundamental I (do primeiro ao quinto ano). E mesmo após a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que definiu ser da responsabilidade dos municípios garantir a pré-escola para crianças a partir de 4 anos, essa escola não alterou sua característica principal quanto à oferta a este nível de ensino.

Não há como expandir a escola, ampliando o número de turmas, sem a realização de obras de maior vulto, o que termina sendo um impeditivo para a ocorrência de maiores mudanças em suas características originais. Continuando sendo, como desde a sua fundação, um estabelecimento de pequenas dimensões, funcionando em dois turnos (manhã e tarde) com capacidade máxima de seis turmas por turno. Não possui quadra de esportes nem biblioteca. Há apenas uma sala de leitura, e embora constasse no site do Inep³⁸ que possuiria um laboratório de informática com computadores para uso dos alunos e acesso à internet, durante o período do trabalho de campo não havia este espaço ou semelhante disponível para os alunos.

Apesar do número considerado pequeno de turmas, a escola tinha no momento inicial da pandemia cerca de 300 alunos matriculados. Praticamente todos residentes no bairro ou em seu entorno imediato. Em média, as turmas, possuíam de 25 a 30 alunos, sendo classificada pelo Inep com nível de complexidade de gestão 3³⁹.

Trabalhavam na escola, na época da realização da pesquisa um total de 20 funcionários, contando diretores, coordenadora pedagógica, professoras e demais funcionários administrativos e de apoio. Mesmo sendo uma escola sob administração do município, somente duas professoras tinham ingressado na rede municipal por meio de concurso público. As demais professoras eram contratadas, podendo ter os seus contratos renovados ou não de um ano letivo para o outro. A direção da escola é uma função comissionada e os critérios para escolha da função não são divulgados, nem publicamente definidos e ficam sob responsabilidade direta do Secretário de Educação ou do Prefeito, podendo ocorrer mudanças conforme injunções conjunturais do campo político a cada eleição.⁴⁰

38 Veja-se: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/33097402#>

39 O INEP definiu variáveis que caracterizariam os estabelecimentos de ensino, estabelecendo uma tipologia com 4 índices (de 1 a 4), conforme o grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos. Conforme o INEP, são “classificadas no nível 3 escolas entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas. Visto em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/33097402#>

40 Cabe ressaltar que até então todos os cargos de direção das escolas da rede municipal eram assim escolhidos. Apenas em março de 2022, foi lançado, pela primeira vez na história da cidade, um edital para consulta pública de seleção dos gestores para as unidades escolares da rede municipal para o próximo mandato de 2023 até 2025.

Com relação à aprendizagem de seus alunos, a escola apresentava índice de desempenho da educação básica (IDEB) inferior à meta projetada, ainda que próximo da mesma. No momento do trabalho de campo não se percebia essa situação como “alarmante” ou indesejável⁴¹, estando dentro da média das escolas do município. Nilópolis, segundo os dados referentes ao IDEB de 2019, em comparação com outros municípios da Baixada Fluminense estaria ocupando o quarto lugar dentre os treze municípios da região.

Nesse sentido, não era perceptível haver preocupações maiores quanto à efetivar uma elevação da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos. Predominava um certo sentimento de que os resultados obtidos eram os que “normalmente” os alunos poderiam vir a ter. Porém, cabe lembrar como informado anteriormente que, embora o município tenha se aproximado das metas esperadas, ainda se encontra entre os vinte municípios do Estado do Rio de Janeiro que apresentam os resultados de menor expressividade, no universo de noventa e dois municípios que compõem o Estado.

Ao entrarmos pelo alto portão gradeado, grades essas que cercam toda a frente da escola, temos um estreito espaço aberto com um canteiro com poucas plantas e uma árvore. E a poucos passos estamos no interior da escola, a primeira porta leva a sala da secretaria, espaço que é dividido entre secretaria e direção, ao lado da porta há um telefone público, “orelhão”, sendo este o único telefone da escola, uma vez que não há linha de telefone fixo nem, como dissemos, equipamentos para acesso à internet instalados.

Em frente à secretaria fica a sala de leitura, que possui uma televisão com aparelho de DVD e estantes de livros didáticos e histórias infantis. As paredes da sala de leitura são decoradas com murais educativos, com o alfabeto e os números (algarismos). Apesar do ambiente agradável e interessante, a sala possui apenas 4 mesas redondas, com 4 cadeiras em cada uma, ou seja, o espaço só é suficiente para 16 alunos. Foram raras as vezes em que os docentes utilizaram a sala com os alunos, uma vez que o número de alunos por turma ultrapassa a capacidade da sala. Como as turmas possuem mais de vinte alunos é, então, necessário fazer algumas adaptações para acomodar um número maior de crianças. Geralmente, a sala era utilizada para reuniões de professores e direção, centro de estudos e Coc (Conselho de Classe).

Ao lado da sala de leitura existem três salas de aula. Duas delas destinadas apenas às turmas de primeiro ano e a terceira, chamada de “sala de recursos”, é utilizada no turno da

41 Os dados referentes à escola, afora informações junto à equipe pedagógica da mesma, foram obtidos através do site do INEP (INEP data e censo escolar), disponíveis em <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas> e <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>.

manhã com alunos da “educação inclusiva” para um atendimento individualizado. Dessa forma, as salas do andar térreo são reservadas para os alunos menores bem como para aqueles da “educação inclusiva” que, em geral, possuem necessidades específicas.

Em frente às salas há um espaço livre, chamado de pátio, com chão cimentado e alguns bancos de concreto onde no horário de recreio, as crianças brincam e podem sentar para lanche. Ao lado direito deste pequeno pátio encontram-se o refeitório e a cozinha onde são preparadas as refeições dos alunos. O refeitório possui mesas cumpridas e bancos de madeira fixos no chão. A alimentação servida na escola, almoço e lanche, é bem aceita pela maioria dos alunos, inclusive até mesmo pelos funcionários que, muitas vezes também se alimentam ali. Ao lado do refeitório estão as escadas para as salas do segundo andar e ao lado destas ficam os banheiros destinados aos alunos: um masculino e outro feminino. No segundo andar ficam outras três salas de aula, utilizadas pelas series mais avançadas, 2º, 3º e 4º anos, ou seja, para alunos de maior idade.

Cada uma dessas salas tem as paredes pintadas com as cores verde e laranja assim como todo o restante da escola. O uso dessas cores é comum em todos os demais prédios e instalações dos órgãos públicos municipais da cidade⁴². Em cada sala, as cadeiras escolares são organizadas, enfileiradas em duplas. A professora da turma utiliza uma mesa com cadeira individual. Na parede de frente para as fileiras dos alunos fica um quadro branco, utilizado com caneta hidrocor. Nota-se que foi anexado em cima de um antigo quadro verde de giz. A decoração do interior da sala, feita com mural e cartazes, fica a critério de cada professora, sendo esse o único ponto que diferencia o interior das salas de aula.

5. OBSERVANDO O COTIDIANO DA ESCOLA

5.1. A chegada na escola

No primeiro momento em que estive na escola, eu conversei com a diretora a quem eu já havia tido um contato anterior, devido a uma experiência de trabalho em outra escola da rede municipal. Ela me recebeu muito bem; eu informei que estava no Mestrado, no PPGEduc da UFRRJ e que este é um mestrado em educação. Também mencionei que estava “escrevendo” minha dissertação. Tudo de modo genérico e sem ter sido necessário precisar maiores detalhes

⁴²Essas cores fazem parte do brasão do município, e são historicamente associadas a família da atual gestão municipal. Em governo anterior, não vinculado a família Sessim-Abraão, as cores de todos os imóveis municipais e até o uniforme escolar foram trocadas para azul e branca (cores também presentes no brasão municipal), como um elemento de distinção, demonstrando a troca de poder no município.

sobre o tema da pesquisa. Simplifiquei o motivo da minha ida e escolha da escola. Disse-lhe apenas que gostaria de fazer trabalho de campo naquela escola, por que eu já a conhecia e também me facilitaria por ser próxima a minha casa, pois precisaria acompanhar o dia a dia escolar, observar comportamentos, conversar com professoras e dessa forma, poder desenvolver minha dissertação de mestrado.

Após todas as explicações, perguntei se ela me autorizaria a fazer visitas regulares a escola, para assim poder desenvolver o meu trabalho de campo. A diretora me ouviu muito tranquila e foi muito solícita. Um fator muito importante para essa recepção amistosa foi, como mencionado acima, o fato de já nos conhecermos. Isto, com certeza, foi uma referência positiva para facilitar o meu acesso inicial à escola.

No mesmo dia em que conversamos, ela me apresentou a alguns funcionários, sempre da seguinte forma:

“ — Essa é Camila. Está fazendo trabalho de conclusão de curso sobre educação, vai vir ver o funcionamento da escola, fazer entrevistas, ajudem ela no que puderem. Ela não vai atrapalhar; ela também é professora, qualquer coisa ela está aqui para ajudar e para somar também”

A partir desse encontro, iniciei as visitas regulares à escola e em pouco tempo todos os funcionários já me conheciam. Inicialmente me mantive retraída, apenas observando, atenta às movimentações que ocorriam, principalmente nas áreas comuns como pátio e refeitório. Observava, como diriam etnógrafos, as relações “dos nativos entre si”: entre as professoras, entre professoras e alunos, dos alunos entre eles e de todos os agentes comigo enquanto uma figura estranha no ambiente.

Nos primeiros dias os alunos estranharam minha presença. Algumas crianças perguntavam se eu era professora, de qual turma era “tia”. Em alguns momentos eram repreendidas por algum funcionário ao virem falar comigo, dizendo: “Deixa a moça em paz ”, afastando os alunos mesmo que eu dissesse que não incomodava; o que nesse primeiro momento dificultava uma aproximação com as crianças.

As professoras também se mostraram curiosas e sem serem interrompidas ou afastadas por outrem, me faziam perguntas de todo tipo. No primeiro dia uma professora desconfiada me questionou:

“ — Você não está aqui a mando da Semed para fiscalizar a escola não?”

Quando eu expliquei em detalhes que se tratava de uma pesquisa de campo para um curso de pós-graduação e que nada tinha com a secretária de educação ou com a prefeitura, ela ainda em

duvida, me perguntou porque eu não poderia fazer “de casa” a minha pesquisa, pois segundo as palavras dela:

“ — Hoje em dia tem tudo na internet, você poderia pesquisar no computador as informações que precisa”

Esclareci que deveria ser presencial, pois eu precisava acompanhar o dia a dia da escola. Ela argumentou que seria perda de tempo ter ido à escola pessoalmente “só para olhar”., demonstrou quase que indignação, pois até então achava que eu estaria ali apenas naquela tarde. Pareceu abismada quando eu disse que voltaria regularmente e perguntou:

“— Você é obrigada a fazer isso mesmo?”

“— Que perda de tempo mandar ficar vindo para cá, cada coisa que essas faculdades inventam, ninguém merece ficar escutando grito de criança de graça”.

E depois aos risos:

“ — Eu, mesmo ganhando salário para vir para cá, se pudesse não vinha e você fica vindo de graça”.

Posteriormente essa professora veio a se tornar uma “aliada” para o desenvolvimento do trabalho, uma boa “informante” dentro da escola, me auxiliando bastante.

5.2. Observações da primeira semana: no recreio e no refeitório

Durante a primeira semana de trabalho de campo, estive todos os dias na escola, todas as tardes e em duas manhãs. Como ainda estava me ambientando na escola, os funcionários e alunos estranharam a minha presença, para eles, e nesse sentido o comentário acima descrito feito pela professora que ficou “minha aliada”, demonstrava que eu era mesmo uma “presença estranha”. Reconhecendo a situação, busquei interagir nos ambientes comuns como pátio onde os alunos e professoras lanchavam, as crianças brincavam nos intervalos e as professoras conversavam entre si.

Observando a rotina da escola, atentei para acontecimentos comuns também nos momentos de intervalo entre as aulas, os “recreios”. Estes, segundo regra pré-definida pela direção da escola eram intercalados por turmas com intervalo de 15 a 20 minutos. O primeiro recreio é das turmas com os alunos mais novos (primeiro e/ou segundo anos) e o segundo recreio com as turmas mais avançadas.

As turmas eram distribuídas segundo os turnos. No turno da tarde, as turmas eram do primeiro ao terceiro ano e no da manhã são do terceiro ao quinto ano. Pude acompanhar os dois horários do recreio e também estive no refeitório onde eram servidas as refeições fornecidas

pela escola, quando verifiquei a existência de certa situação que vinha a ser rotineira: a oração de agradecimento antes das refeições. Esta era uma prática comum. As “tias” incentivam a oração em agradecimento ao alimento antes de autorizarem as crianças a iniciarem a refeição. Observei essa prática em mais de três professoras das turmas do primeiro e segundo ano, ou seja, justamente as turmas de alunos menores, os quais são, possivelmente, os mais influenciáveis pelas suas professoras, pois ainda as chamam comumente de “tia”, hábito que nem sempre vinha a ser comum entre os alunos de turmas mais avançadas e portanto, mais velhos.

As professoras orientavam as crianças a pegarem seus pratos, sentarem na mesa e, em seguida a fecharem os olhos e fazerem uma rápida prece em agradecimento ao alimento. Em sua maioria as crianças seguiam o ritual. Entretanto, quando algum aluno estava disperso ou apressado para comer, ele era rapidamente repreendido pela professora ou até mesmo por seus colegas de turma, para que orasse antes de comer.

Pelo que pude perceber, essa prática de fazer “orações de agradecimento” que antecedia o iniciar das refeições, apesar de não ser exatamente uma obrigação imposta pela professora, mediante uma explícita ameaça de castigo, era uma forma de obrigação velada. Concretizava uma relação de dominação religiosa, portanto simbólica, imposta de maneira sutil, de forma que parecesse algo natural.

Essa prática diária terminava por ser uma imposição moral e quem não cumprisse essa regra, terminava por incomodar os colegas que se encontravam concentrados para realizar suas orações. As repreensões das professoras, em um exercício de autoridade pedagógica, estabelecia um padrão disciplinar, definindo um comportamento a ser adotado, por meio do emprego de frases do tipo: “— Fica quieto, se comporta”; “— A hora da comida é uma hora sagrada” ou ainda, em um tom mais ríspido: “— Se não quer fazer (a oração), não faz. Mas também não atrapalha os colegas”. Nesses momentos de intervenção das professoras, as demais crianças, que não eram objeto de admoestação direta, observavam a situação, gerando constrangimento nos alunos dispersos.

5.3 Segunda semana: Impedimento ao trabalho de campo

Eu estava na minha segunda semana de trabalho de campo. Como já tinha tido algumas breves conversas com as professoras durante os últimos dias, tudo parecia fluir normalmente. Todas aparentavam agir com naturalidade diante da minha presença na escola e acreditarem que eu não era uma “espiã” da Secretária de Educação, que poderia estar ali para fiscalizar o

trabalho delas. A maioria das professoras pareciam temer a presença da Semed na escola, mas o meu comportamento parecia ser muito destoante das atitudes de membros da Secretaria. Isto porque segundo a afirmação de uma das professoras: “A Semed quando vem perturbar por aqui, é só mesmo um dia todo, só para a inspeção; você tá vindo direto, então é outra coisa mesmo”. Aproveitando essa “oportunidade de diálogo”, pedi a essa professora para, após o recreio, acompanhar a aula na turma dela, que era de primeiro ano. Para identifica-la ao longo do trabalho, vou chamá-la de D. Perguntei a ela se incomodaria caso eu ficasse um pouco na sala dela apenas para conhecer a turma e observar o comportamento dos alunos. Ela prontamente concordou.

Logo que entramos na sala, as crianças estranharam minha presença, curiosas comentavam e faziam perguntas: “— Ela vai dar aula pra gente?”; “— Eu já vi ela lá em baixo.” “— Qual nome dela?” Então a professora me apresentou: “— Essa é tia Camila, ela vai ficar aqui na sala de olho em vocês e ver quem faz bagunça, então todo mundo comportado.”

Se antes as professoras, já não agiam com naturalidade pois se preocupavam que eu fosse uma inspetora da Semed, agora os alunos poderiam ter essa mesma sensação sobre mim. Isto me preocupou, pois poderiam deixar de agir da forma natural do dia a dia na minha presença. Mas como nesse primeiro momento não tinha outra alternativa, me mantive calada e apenas acenei com a cabeça. Permaneci observando os alunos que copiavam uma atividade do quadro. A atividade proposta orientava que eles escrevessem as “famílias” de algumas consoantes.

No final da tarde, ao tocar o sinal que indicava que as aulas tinham se encerrado e os alunos estavam liberados. Eu desci acompanhando a professora e a turma para aguardar no pátio os responsáveis que viriam buscar as crianças. Nesse momento, fui chamada à sala da orientadora educacional.

Até então eu não tinha sido formalmente apresentada a ela, pois a mesma não estava no meu primeiro dia na escola, ocasião em que fui apresentada a todas as professoras e demais funcionários pela diretora. Desde então, eu ainda não tinha tido oportunidade de conversar com essa orientadora. Apenas a tinha visto uma única vez de longe na escola, na semana anterior. Quando eu cheguei na sala da secretaria, a diretora também me aguardava. Ela então se apresentou como orientadora educacional e disse que eu não poderia continuar a frequentar a escola e muito menos dentro dos espaços fechados como a sala de aula, com a professora e alunos ou o refeitório. Frisou, inclusive, que eu não poderia sequer estar presente nos horários

da entrada e saída dos alunos, pois os pais estavam vendo alguém diferente, alguém que não era funcionária e nem professora da escola e isto poderia gerar reclamação de algum responsável.

Portanto, segundo ela, para que eu pudesse continuar com a pesquisa na escola, deveria ter autorização da Semed para estar dentro da escola em dias e horários pré-definidos e que o simples fato de eu ir à escola em dias consecutivos e passando muitas horas seguidas poderia caracterizar inclusive “vínculo empregatício” e acarretar problemas para a escola.

A fim de regularizar minha situação como, segundo suas palavras, “estudante de pesquisa”, precisaria ir até à Semed em busca de uma autorização. Ainda assim, provavelmente eu só conseguiria autorização para acessar apenas os espaços comuns da escola. Finda a “conversa” com a orientadora, a diretora, por sua vez, falou comigo em particular. Se desculpou e disse que não imaginava que poderia haver problemas, mas que em função das questões levantadas pela orientadora, não poderia ignorar as observações feitas por esta última e, assim, seria melhor eu ir até a Semed para evitar problemas futuros pra ela, diretora.

5.4. O retorno à escola

Inicialmente, tentei contato com a Secretaria Municipal de Educação (Semed), por telefone, em busca de informações sobre os procedimentos necessários para conseguir a autorização para retomar a pesquisa na escola. Mesmo explicando que eu não estava em busca de um estágio e que se tratava de uma pesquisa de campo na escola, a funcionária que me atendeu ao telefone, disse que eu deveria comparecer na Secretaria para falar com a pessoa responsável por estágio. Segundo ela, talvez essa pessoa pudesse me ajudar. Fui então até a Semed; lá preenchi uma ficha para estagiários com meus dados pessoais e com uma observação sobre minha solicitação de pesquisa.

Aguardei retorno durante alguns dias como não obtive resposta, entrei em contato por telefone. A resposta recebida era sempre a mesma: “— O pedido está sendo analisado e entraremos em contato pelo telefone”. E como o contato por telefone não acontecia, retornei após uma semana à Secretaria de Educação. Minha solicitação permanecia sem resposta, o que se justificaria por não ser uma situação comum e a Secretaria não saber como proceder: “— Desculpa pela demora. Por ser um caso atípico, estamos analisando a sua solicitação e assim que tivermos uma resposta concreta informamos.”

Porém, ainda assim, após cerca de duas semanas de muitas idas e vindas, a resposta não

mudou. Não se sabia na Secretaria como proceder em relação a minha solicitação, pois não havia normas específicas para autorizar uma pesquisadora a frequentar uma escola municipal.

Tudo parecia indicar que seria um processo muito longo e desgastante para que houvesse o meu retorno ao trabalho de campo e isso caso conseguisse a autorização para retornar.

Entretanto, a própria funcionária responsável por autorizar as estagiárias para as escolas do município, me sugeriu um caminho para resolver o problema, permitindo assim que eu pudesse mais rapidamente frequentar a escola e assim retomar o trabalho de campo. Justamente no período em que apresentei minha solicitação estavam abertas as inscrições para um programa de trabalho voluntário de reforço escolar e alfabetização no município. Era um projeto novo que visava atender algumas unidades escolares dos anos iniciais e a escola que tinha selecionado para minha pesquisa de campo fazia parte das contempladas pelo programa.

Seguindo a orientação da funcionária da Semed, me inscrevi como voluntária. Nessa nova posição, prestando o serviço voluntário de auxílio aos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, eu poderia definir com a diretora os melhores horários e dias para estar na escola. Esse trabalho foi a porta de entrada que eu precisava para o meu retorno à escola.

Não houve qualquer tipo de interferência ou pressão em relação ao meu trabalho de pesquisa ao ser admitida nessa nova posição oficial de prestadora de serviço voluntário de auxílio aos alunos na escola. Muito pelo contrário, essa posição me possibilitou uma aproximação maior com as professoras, facilitou o acesso aos alunos, aos responsáveis, e ao funcionamento da escola como um todo. Poderia chegar antes do meu horário, e sair após, participar de reuniões e acompanhar todas as atividades da escola sem qualquer tipo de impedimento. Assim o fiz ao retornar à escola, dessa vez como membro do grupo, eu fui apresentada como “voluntária do reforço escolar”. Seria então uma “colega de trabalho” para as professoras e uma nova “tia” para os alunos, e não mais uma possível inspetora ou espiã da Semed.

Fui recebida com satisfação, mas também com surpresa pela diretora, assim como pelas professoras, que sequer conheciam o projeto de reforço escolar. Apesar da cautela e desconfiança iniciais das docentes, no meu retorno elas se mostraram mais receptivas. O fato de agora eu ter uma “função” no funcionamento da escola tornava minha presença justificável. Expliquei as professoras a minha nova posição, agora de professora voluntária, fui recepcionada com algumas brincadeiras do tipo “gosta mesmo de trabalhar de graça”, mas também fui aconselhada por uma professora a “buscar contatos” para conseguir um contrato de “trabalho

de verdade” e assim “ter um salário”. Segundo ela, apesar de não ser ano eleitoral, os vereadores já estariam iniciando a “pré campanha” e eu deveria “ficar atenta”. Caso um “padrinho da escola” viesse fazer uma visita eu poderia me apresentar. Uma segunda professora me passou maiores informações de um “contato quente” de um vereador de uma determinada igreja próxima; “contato” que eu poderia procurar em busca de uma vaga por contrato no município, situação que será relatado a frente.

Posteriormente, no dia a dia na escola, iniciei o trabalho de suporte aos alunos “com dificuldade de aprendizagem”. Estes eram selecionados pelas professoras das turmas para receber meu auxílio durante as tarefas de aula. A seleção era feita de acordo com critérios próprios e subjetivos das professoras, podendo variar de turma para turma. Por exemplo, poderia ser considerado uma dificuldade na turma do primeiro ano do fundamental I não copiar do quadro, não saber escrever o nome, ou simplesmente não se comportar adequadamente durante a aula.

Foi definido por mim e pela diretora, dois dias por semana para realização do trabalho de auxílio aos alunos. A princípio, seriam dias fixos quarta-feira nos dois turnos (manhã e tarde) e quinta-feira, no turno tarde. Ficaria em torno de duas horas por turma. Porém os dias eram flexíveis, caso tivesse uma reunião ou outro evento em outro dia da semana que eu desejasse participar, era possível a troca do meu dia para estar presente, ou caso tivesse um feriado que interferisse nos meus dias eu também poderia alterar sem problemas, apenas informando a diretora. Assim foi feito nos meses de setembro à dezembro de 2019.

Normalmente, eu costumava chegar mais cedo para estar presente em outros momentos como na hora da entrada e almoço, e sair também um pouco mais tarde para observar sem maiores obrigações o recreio e o horário da saída, além de estar presente em outras atividades como reuniões internas e algumas outras situações que serão explicitadas adiante. Portanto, apesar de ter o compromisso com horário definido para as atividades de reforço e alfabetização para os grupos de alunos selecionados, isso em nada interferiu no desenvolvimento da minha pesquisa. Ao contrário acrescentou e facilitou o acesso aos agentes do campo.

5.5. O dia a dia escolar e as práticas de inspiração religiosa

Apesar de existirem particularidades entre as integrantes do corpo docente, como tal como mencionamos quando descrevemos o agir de professoras dos primeiros anos nos momentos de refeição dos alunos, foi possível perceber certos comportamentos rotineiros na conduta das mesmas. Por serem compreendidas como funcionais e adequadas, são ações que se

reproduzem repetidamente nas relações, principalmente entre as professoras e os alunos de suas turmas, mas que também têm consequências sobre as relações entre todos os funcionários e nesse sentido contribuem para que se configure um certo ethos institucional. Ethos que nunca afirmado claramente termina sendo perceptível como é relatado por uma componente da escola como à frente será relatado.

A seguir apresento algumas situações em que primeiro, as professoras se manifestam sobre as características comportamentais dos alunos da escola.

Em seguida abaixo, descrevo brevemente, reações dos alunos às práticas das professoras.

Durante a primeira reunião que pude acompanhar na sala do “centro de estudos”, a orientadora pedagógica fez a leitura do texto “Verdades da Profissão do Professor”⁴³ de Paulo Freire, abrindo assim a reunião.

Pude observar que a maioria presente parecia não conhecer o texto, em especial uma professora de meia idade (aqui denomino de “Professora 1”) que ao tomar conhecimento sobre a autoria do texto comentou com outra:

“— De tanto usar toda essa pedagogia de Paulo Freire que as escolas estão hoje em dia como estão. Aluno não respeita mais professor; aqui mesmo eles (os alunos) faltam só dar na nossa cara. Já teve casos de aluno bater em professor. No meu tempo era ao contrário, se o aluno não respeitasse, ele que levava.”

Outra professora, da mesma faixa etária que chamarei de “Professora 2”, respondeu:

“— Hoje em dia tá tudo muito frouxo, os pais também não podem educar, a escola não pode educar, só Deus mesmo para dar jeito na vida desses jovens.”

Então, em seguida, houve o comentário de uma terceira professora, um pouco mais jovem (Professora 3):

“— Isso de educação libertadora como ele fala não funciona, essas crianças já tem liberdade demais fora da escola, não podemos dar muita liberdade aqui dentro também sabe, é tudo muito bonito no papel, mas na prática da sala de aula não é bem assim.”

As manifestações mais tradicionais e conservadoras sobre propósitos e objetivos pedagógicos expostas pelas professoras nesta reunião, se reproduzem em outros momentos, como quando interagem com os alunos. Assim, em relação a esses últimos, principalmente os considerados mais indisciplinados, não é raro escutar dos professores frases como as abaixo transcritas. Estas mesclam discriminação social com estigmatização de fundo religioso,

43 Texto “Verdades da Profissão do Professor” de Paulo Freire em anexo 1

atribuindo a “indisciplina” a “forças malignas” que estariam presentes em outras manifestações religiosas tradicionalmente comuns nas classes populares. Assim ao estigmatizar outra religião, se estigmatiza de forma indireta a condição de classe.

Uma professora se dirigindo a um aluno: “— O que tá acontecendo com você hoje? Parece que tá com diabo no corpo.”

Comentário de uma professora para outra: “— Esse menino só pode tá possuído”

Outra professora se dirigindo a outro aluno: “— Tá se sacudindo todo por quê? Tá pegando santo?”

São frases “naturalizadas” entre as professoras, carregadas de estereótipos sobre comportamentos religiosos alheios aos seus. Conforme salienta Goffman (2008), ao se atribuir um estigma a alguém se pode confirmar a “normalidade” de outro agente, em geral, daquele que realizou a ação estigmatizante. Desse modo, nas falas das professoras, de modo implícito, considerando o contexto em que elas ocorrem, se afirma não somente a orientação religiosa de quem as profere, mas a sua qualidade superior.

Foi também possível observar a presença do ideário religioso “neopentecostal” em situações a princípio de menor animosidade entre docentes e discentes. Por exemplo, a Professora 2, é uma das professoras que tem o costume relatado anteriormente de nos horários de lanche e outras refeições na escola pedir aos alunos para fecharem os olhos e fazerem um agradecimento a Deus pelo alimento que iram comer. Ela pede em oração para que esse alimento nunca venha a faltar. Como também mencionamos, as crianças que ficam dispersas e se comportam de modo diferente do orientado por ela para o momento da oração são repreendidas pela professora e por vezes pelos próprios colegas da turma. Devemos observar que os alunos têm o hábito de se referirem aos colegas considerados “mal comportados” como “diferentes” e que “não são de Deus”.

Ao designarem como negativos aqueles que não têm um comportamento segundo o prescrito, por não estarem se comportando conforme foram orientados pelas professoras, os próprios alunos terminam reproduzindo o discurso estigmatizante proferido pela maioria das professoras e que não raro, é também comum às suas famílias.

Dessa maneira, nos deparamos no cotidiano da escola com o estabelecimento de uma relação direta entre o comportamento divergente e influências malignas. O agir incorreto, conforme o ideário puritano, seria uma demonstração do afastamento do homem (mesmo sendo uma criança) da divindade e, por consequência, de sua aproximação com o demônio ou de estar a este subjugado.

Em muitas ocasiões de aula, as professoras de turmas do primeiro ano, compostas em geral por crianças de seis e sete anos, “colocavam” músicas evangélicas voltadas ao público infantil. Os alunos costumavam cantar juntos e pareciam se divertir, fosse isto pelo ritmo das músicas, fosse pelo momento de descontração que o cantar e o dançar proporcionavam.

De forma aparentemente passiva, as crianças absorvem o conteúdo das letras das músicas, que mesmo quando essas se relacionam a alguma temática educativa, tinham seu foco na obediência ao “papai do céu” e faziam referências a “histórias bíblicas”. Os alunos que conheciam e cantavam as músicas eram muitas vezes elogiados e beneficiados com gestos de carinho por parte das professoras. Pude observar que esse “reforço comportamental”, incentivava o interesse de outros alunos pelas músicas a fim de também receberem elogios e aprovação das professoras.

Segundo Hobsbawm e Ranger, citados por Ivanir dos Santos: A tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBBSAWM; RANGER, 1984, p.9, Santos (2018)

As falas das professoras – e de parte dos alunos – denotavam a tendência à reafirmação, de percepções próprias ao conservadorismo de base religiosa no interior da escola, na prática a conformação de uma violência simbólica que se choca com do laicismo oficial da educação pública brasileira. Essas falas, concomitantemente, reafirmam estereótipos sobre condições atávicas de parte significativa dos socialmente subalternos, as quais seriam, em última instância, responsáveis por suas condições de vida.

Igualmente, a afirmação legal sobre a escola pública brasileira ser laica era, no cotidiano, negada pela constância de práticas de caráter religioso empreendidas pelas professoras. O elogio a alunos, sobretudo pequenos, que empreendem práticas valoradas pelas professoras, como fazer uma oração e cantar músicas gospel, nos levam a crer que essa valoração tenderia a ser estendida aos pais e responsáveis por essas crianças dado o possível compartilhamento de crenças e percepções de mundo de extração neopentecostal. A significativa presença de igrejas neopentecostais no bairro da escola só reafirma tal possibilidade, a qual também é confirmada por relato de uma das professoras por nós entrevistada

6. AS RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS RELIGIOSAS, EMPREGABILIDADE E CAMPO POLÍTICO LOCAL

6.1. Assegurando a sobrevivência

No quadro de funcionários da escola (em torno de vinte) somente duas funcionárias, ambas professoras, eram concursadas. Uma delas tinha sua matrícula como professora em outra escola do município e trabalhava na escola, excepcionalmente, de forma temporária, como uma extensão de sua carga horária. Situação que é no jargão do magistério municipal, chamada de “dobra”, a qual apenas docentes efetivos “têm direito”.

A outra professora efetiva deveria se aposentar no ano seguinte à realização de nosso trabalho de campo. Estava em seu último ano de serviço e muito provavelmente, sua “vaga” será preenchida por meio de alguma contratação temporária, visto não haver nenhum concurso para o magistério com vigência válida no município quando iniciei minhas visitas à escola. As demais professoras tinham contratos temporários, mas que poderiam ser continuamente renovados, caso isto fosse formalmente, do interesse do poder executivo municipal.

De modo geral, os contratos temporários terminam se constituindo em instrumentos para a formação de clientelas políticas. A lógica que preside o funcionamento dessas clientelas não se restringe apenas a indicação e manutenção de contratos de trabalho em cargos públicos sem concurso. Ela abarca também pequenos favores fornecidos de modo especial pelos chamados “vereadores dos bairros”.

Esses parlamentares não formam e/ou mantêm suas clientelas somente nos períodos eleitorais. Ao contrário, alimentam suas bases de apoio mediante o constante atendimento a demandas da população, sobretudo no que se refere à obtenção de pequenos serviços pontuais, podendo os mesmos serem de ordem pública (serviços sob encargo, principalmente, do poder municipal, mas também podendo ser do poder estadual) ou privada, quando decorrem da ação direta do parlamentar.

Desse modo, são criados laços entre os “vereadores dos bairros” e os moradores desses bairros. Se configuram situação que poderíamos denominar, grosso modo, de vínculos entre “amigos que se ajudam”, estabelecendo-se relações de “gratidão” por parte dos moradores. Gratidão cobrada pelos vereadores em anos eleitorais. A retribuição das “ajudas” se faz pelo “apoio” e “reconhecimento”, concretizada em votos. Assim sendo, a política local vem a ser pautada pela “troca” mutua entre “representantes” e “representados”, fundada no assistencialismo e na prestação e troca de favores. Práticas que toda a anterior história política do município caracterizada, como antes mencionada, por vínculos entre o grupo político local

dominante desde os anos 1960 e os agrupamentos político-partidários nacionais de maior teor conservador, inclusive após o fim da ditadura militar.

Meses antes do pleito eleitoral, quando se inicia, conforme sublinhou em conversa informal uma das professoras da escola, a “pré-campanha”, é comum que “vereadores dos bairros” realizem visitas às escolas de que são “padrinhos”. Ser “padrinho” de uma escola é atribuição decorrente da capacidade do parlamentar indicar funcionários que nela trabalhem (ou venham nela trabalhar) por meio de contratos temporários.

A participação em eventos na escola como festas juninas e a do “dia das crianças” e, em especial, o oferecimento de doações para que essas festas aconteçam, são também condições importantes para que se tenha o atributo de “padrinho” de uma escola. Ser “padrinho” ou “político amigo” como muitos se auto denominam, pode gerar capital social e político que se concretiza através de manifestações de gratidão da comunidade escolar, isto é, de funcionários (professores, diretores e demais funcionários) e pais de alunos através dos votos.

Quando se inicia o período oficial de campanha eleitoral, também são iniciadas as “reuniões de campanha”. Geralmente, o objetivo dessas reuniões é fortalecer os vínculos entre o candidato e os moradores; expandir o contato com a população local e reforçar a “troca de favores”. Entre essas “trocas”, ocupa posição preponderante a manutenção em cargos públicos mediante os contratos temporários. Garantir a permanência de seus apadrinhados nesses cargos ou funções (no caso de chefia de setores ou órgãos, como os de direção de escola ou mesmo em outras de menor expressão administrativa) é uma demonstração da posição de poder do parlamentar no campo político local, o que exige a contínua reprodução das práticas de teor clientelístico.

De modo geral, as “reuniões de campanha” ocorrem na casa do próprio vereador (ou candidato a), de algum familiar ou morador que seja um apoiador mais ativo. Também é muito comum nos últimos anos que os candidatos façam reuniões em alguns templos religiosos, especificamente em pequenas igrejas neopentecostais nos bairros em que o candidato ou um dos seus apoiadores tenham algum vínculo. Nesse sentido, ganhou na sequência dos últimos anos as relações entre integrantes do grupo dominante no campo político local (e até mesmo dissidentes desse grupo) e associações neopentecostais, dado que essas últimas tendem cada vez mais a agir como base de apoio político.

Com relação às práticas acima apontadas no contexto das escolas municipais, dentro da lógica clientelista, estreitando as interconexões entre o campo político e o campo religioso, onde a posse do capital específico de um deles – em especial do segundo – tende a se

transformar no capital disputado no outro campo, no curso de nossas observações durante o trabalho de campo, uma professora me relatou ter, através da “igreja evangélica” que frequentava, tido contato com um vereador da cidade e que foi este que lhe obteve um contrato de trabalho como professora e assim ela veio a trabalhar na escola. Esta professora era considerada na escola como tendo “costas quentes”, devido a essa maior proximidade com o vereador tido como uma figura política influente, integrante do grupo local dominante. Fui, inclusive, aconselhada por ela para, caso estivesse realmente à procura de uma vaga de professora em alguma escola da rede municipal, que procurasse por vereador, dizendo que tinha participado da última campanha eleitoral e que frequentava assiduamente determinada igreja.

Como o vereador em questão, por ser evangélico, contava com o apoio de algumas igrejas locais, além de ser próximo a familiares do principal grupo político do município. Esta proximidade lhe proporcionava maior facilidade na obtenção de contratos temporários no magistério municipal, que poderiam ser oferecidos a seus apoiadores. Ela informou-me o nome da igreja, do pastor e do bairro, para que eu “passasse mais credibilidade ao vereador”, quando com ele me encontrasse. Conforme suas palavras: “— Esse contato é quente... “— É muita gente que ele ajuda, então ele não lembra da cara de todo mundo”, mas ele dava sempre “prioridade” a pessoas da igreja mencionada, que era uma de suas bases de apoio político. Sendo favorecida pelo contrato, na próxima eleição, ainda segundo ela, eu poderia retribuir e apoiar o vereador em sua campanha. Perguntei como seria esse apoio, ela foi me respondendo, explicando como eu deveria proceder: participar das reuniões, de passeatas e carreatas e conseguir votos com minha família e amigos. A reeleição dele seria a garantia da manutenção tanto do emprego dela e como também do meu, pois seria contratada graças à intervenção dele.

É de forma explícita e clara que essas relações ocorrem. Nas eleições municipais, os funcionários “contratados” de órgãos públicos da cidade (escolas, postos de saúde e outros) se tornam cabos eleitorais. “Vestem a camisa” de seus candidatos a prefeito e vereador, para assim assegurar o poder daquele(s) que os “apadrinharam” e assim terem a garantia de mais quatro anos de seu contrato de trabalho no serviço público municipal.

Quando um vereador “padrinho” não é reeleito, a perda de seu mandato coloca em perigo a situação de todos os seus apadrinhados dentro da administração municipal. E se a reeleição da chefe do poder executivo (ou de candidato por ele apoiado) não ocorrer, caso bem raro de ocorrer em Nilópolis como nos referimos antes), é grande o risco de mudança drástica em toda a cadeia de trabalho na esfera pública municipal, atingindo diretamente o conjunto dos funcionários a exceção daqueles que sejam efetivos, isto é, não ocupantes de empregos geridos

por contratos temporários.

Essa situação de mudança na ocupação dos postos de trabalho da administração municipal veio a acontecer após a eleição de 2012, quando houve, conforme já mencionamos, interrupção na linha de continuidade do domínio político pelo grupo Sessim-Abraão. Porém, nas eleições seguintes (2016 e 2020) o grupo retomou – e manteve - o comando da prefeitura. Conforme pudemos verificar nas publicações do Diário Oficial do Município, após a eleição de 2016 ocorreram inúmeras nomeações e exonerações de funcionários dos serviços de educação e de saúde. Segundo o relatado em comentários das professoras da escola isto “já era de se esperar”. Como houve nova “rodada de troca” entre grupos políticos no poder municipal e quando se “retornou à normalidade” em 2016, poucos funcionários contratados permaneceram em seus postos de trabalho.

Somente os que tinham algum tipo de “proteção” dada por vereador influente, isto é, que tinham “padrinhos reeleitos”, suficientemente dotados de capital político para assegurarem os contratos de beneficiados anteriormente pelos dissidentes do grupo dominante. Os “sem padrinho fortes” e que apoiaram o grupo político derrotado foram simplesmente demitidos.

De acordo com relatos das professoras, a escola “sofreu” com o desligamento de vários integrantes do corpo docente e funcionários contratados na gestão anterior. Eles foram substituídos por apoiadores que “fechavam com o novo governo”. Portanto, por ser muito expressiva a presença de professores temporariamente contratados e as possibilidades de contratação estão relacionadas à participação em redes de clientela, integrar alguma dessas redes vem a ser fundamental para ou obter um emprego ou nele se manter.

Dado o crescimento de determinadas correntes religiosas, como a dos pentecostais, essas se afirmam como importantes integrantes de redes presentes no campo político. Assim, se afirmam com força constante os vínculos entre grupos religiosos e integrantes do grupo político dominante local, favorecendo a disseminação (e legitimação) de determinadas práticas religiosas em espaços públicos formalmente laicos, como as escolas públicas.

O crescimento constante dessas práticas não vem a decorrer por força de fatores estritamente de ordem religiosa. Ao contrário, essa presença pode ser decorrente de lógica própria ao campo político local. Os efeitos dessa lógica, em termos de afirmação de valores conservadores, vêm a ser maior concretização de práticas religiosas de inspiração igualmente conservadora, auxiliada pela possibilidade de que mediante a reprodução das mesmas por determinados agentes sociais, os interesses econômicos desses agentes se concretizam, ao menos parcialmente, como a análise dos relatos das professoras por nós entrevistadas

demonstram.

6.2. A reprodução da intolerância como estratégia de sobrevivência

Realizamos de forma remota entrevistas profundas, procurando seguir as orientações de Bourdieu (2003) com três professoras da unidade escolar pesquisada, buscando apreender suas visões de mundo e características das trajetórias de vida pessoal e profissional. As entrevistadas foram as professoras Thamires, Daiana e Laís . Como antes informado, a escolha das entrevistadas decorreu das possibilidades das mesmas quanto à realização das entrevistas, algo que apresentou maiores obstáculos visto a ocorrência da pandemia, bem como por serem as mesmas representantes de tipos específicos que integravam o corpo docente e equipe pedagógica da escola.

Os relatos decorrentes dessas entrevistas sinalizam para aspectos importantes que são apontados nesse trabalho. Aspectos relacionados em primeiro lugar à forma de inserção na rede municipal - “um cargo municipal” - seja para um emprego, como no caso das professoras Thamires e Daiana que foram contratadas sem concurso público e sim por indicação de seus “padrinhos políticos” ou seja “uma função”, como é o caso da Laís, professora concursada, mas que através da indicação de um “vereador amigo” conseguiu uma “dobra” e mesmo sendo concursada como professora, conseguiu que esta “dobra” fosse em cargo distinto do de professora, o de orientadora pedagógica.

Em ambas as situações, a obtenção de um benefício (o interesse desejado), tanto para Thamires e Daiana, como também para Laís, se fez por meio das relações de clientela política. Isto é, pela posse de um montante de capital social. O fato dessas professoras conhecerem e serem “amigas” de um vereador antigo do bairro, foi fundamental para abrir as portas para a concretização do benefício de seus interesses. Com isto, materializou-se a “relação de troca”. Os casos das professoras entrevistadas são muito provavelmente similares aos da maioria das pessoas, inclusive colegas de profissão, que lhes são mais próximas.

Conforme já relatado, em muitos casos, a “amizade” com um vereador (ou mais de um) ou potencial candidato a, surge através da igreja que frequentam. Local onde ele – o vereador – define como sendo de sua prioridade para “ajudar”, isto é, proporcionar aos membros da sua congregação favores menores e mesmo indicações para contrato de um emprego municipal. Sempre em troca do recebimento de apoio político nos períodos eleitorais.

Esse tipo de “favor” atende aos interesses de todos os envolvidos no processo (as professoras, os vereadores, os funcionários da secretaria de educação, o secretário, o prefeito,

etc). Desse modo, a posse de um “capital social” no município em questão (ser amigo de um vereador) além de facilitar obtenção de um benefício do interesse do agente social que é eleitor, porém não candidato, em contrapartida, assegura também a posse de capital político para o vereador ou candidato. pois esse último obtém uma retribuição por parte dos demais agentes envolvidos na troca de interesses. Retribuição que deve ser necessariamente legitimada sob um formato ao mesmo tempo afetivo e moral: o da “gradidão”. Gradidão que deve ser igualmente expressa em votos. Mediante esses favores (pequenos ou não tão pequenos), lhe é assegurada a ajuda necessária para se reeleger vereador em futuras eleições, garantindo assim os seus interesses e também os de seus clientes fiéis (que são seus eleitores igualmente fiéis).

O segundo ponto importante a ser observado é a questão religiosa envolvida. O “vereador amigo” que fez a indicação para a conquista do posto ocupado (emprego ou função) é frequentador de um templo religioso. Então esse “vereador amigo”, para garantir fidelidade política, exige também que seus apadrinhados tenham certa fidelidade a um tipo de comportamento específico. Por vezes, também é exigido a reprodução de discursos “religiosos”, que ao serem reproduzidos, são socialmente validados e, em nosso caso, dentro do espaço escolar. Com isto se intenta evitar qualquer possibilidade de quebra da ordem, isto é, da reprodução pública de discursos valorizadores do grupo, mesmo que “essas práticas e discursos de inspiração religiosa” possam ser apenas “formais” e não crenças efetivamente reais, que fossem produtos da fé dos agentes sociais envolvidos.

No caso de uma de nossas entrevistadas, muito provavelmente ela – como boa parte das professoras da escola – e também o seu amigo “vereador” do bairro, não devem ter sido educados em um ambiente familiar neopentecostal. Porém, dado a predominância dos neopentecostais no grupo daqueles que são ou seriam a sua potencial clientela (eleitores), o vereador, muito provavelmente se adequou à nova situação do campo religioso. O mesmo acontece entre os eleitores que, como no caso da professora Thamires conseguiu seu primeiro contrato de trabalho após se converter a sete anos atrás conforme relatado por ela “após ter aceitado Jesus a vida melhorou, tudo ficou melhor.”

A “troca de favores” sinaliza para algo que já sinalizamos mas que precisa ser mais devidamente analisado: a realização e a reprodução cotidiana pelas professoras de certas práticas no espaço de trabalho (a escola). Práticas que tornam possível a continuidade da concretização de seus interesses individuais. Em muitas ocasiões de aula, as professoras Daiana e Thamires e algumas outras professoras das turmas dos primeiros anos de ensino fundamental, colocam para tocar músicas evangélicas voltadas ao público infantil, assim como também

fazem agradecimento ao “papai do céu” na hora da alimentação.

Durante a entrevista a professora Daiana afirma que sabe que não deveria falar sobre religião para os alunos, mas pode falar sobre valores cristãos, e que ela tenta na prática, passar esses valores para os alunos, assim como canta músicas infantis evangélicas cantadas no acampamento infantil da sua igreja. Se a intenção realmente fosse preparar os alunos para compreender a realidade social, e as professoras pretendessem apenas ensinar as “boas recomendações” para que, no dia a dia dos alunos, estes fizessem dessas orientações parte também de seu inventário moral de vida, bastariam para isto, apenas os elementos do senso comum e os correlatos valores morais mais “comuns”: não roubar, não matar, não fazer (muito) uso de drogas (legais ou principalmente ilegais), não cometer seguidamente adultérios para assegurar um viver coletivo sem grandes sobressaltos, como é assim esperado em diversas sociedades.

Contudo, mesmo que feito de modo inconsciente, a reprodução dessas práticas conforma um ambiente em que todos são de algum modo constrangidos a validar essas práticas, inclusive porque elas estão diretamente relacionadas aos locais que possibilitaram a realização de determinados favores que passam a ser, ao menos discursivamente, compreendidos como propiciados por atitudes justas e resultantes de boas ações de autoridades igualmente justas e bem intencionadas, defensores de valores morais inquestionáveis, como o “vereador amigo”.

Com isto diversas igrejas neopentecostais se tornam um instrumento de trocas mútuas de interesses. Assim, numa reprodução constante, capital político se transforma em capital religioso e este se reverte em mais capital político. Para que isto possa continuar ocorrendo, e as professoras possam manter seus cargos, mesmo sem concurso, o “vereador amigo” deve continuar se reelegendo.

Nesse sentido, não é favorável a “tolerância religiosa”, na verdade, a tolerância com qualquer possível elemento que “quebre” as relações de troca de interesses e sua reprodução. Em outras palavras, toda prática e todo discurso que venha a questionar essa ordem conservadora que tem na reprodução da constituição de clientelas a partir da troca de favores particulares não podem ser tolerados, devendo ser necessariamente desqualificados, até mesmo demonizados. Em tal perspectiva, não deve haver separação entre os interesses partidários conservadores, as crenças individuais e o processo educacional público. Torna-se legítimo o comportamento do parlamentar que busca os votos para se reeleger nas igrejas neopentecostais bem como do pastor que torna sua congregação religiosa um instrumento de trocas mútuas de interesses através de pequenos benefícios, como a ocupação de “cargos públicos” em favor de

agentes de suas relações e praticantes da mesma “fé”.

Nos casos das professoras da escola, estas, ao conseguirem empregos ou função por indicação de “vereadores amigos”, inculcem em seus alunos suas ideologias religiosas, mesmo que não tenham percepção mais clara dos efeitos políticos de suas ações, essas terminam sendo um elemento para a continuidade de seus interesses, de sua sobrevivência no mercado de trabalho em posição menos desfavorável do que poderiam vir a ter sem a inserção nas redes de clientela.

Entretanto, isto não é de forma alguma um comportamento restrito apenas as professoras da escola em questão, esse tipo de comportamento pode não apenas ser generalizado para os demais agentes dessa escola, como também para as demais escolas e órgãos públicos do município. No caso específico de Laís, ela admite que não professa da mesma religião que as demais, entretanto ela evita entrar em choque com as colegas de trabalho, que representam o grupo dominante. De alguma forma, ela se sente ameaçada por ser (ou ter sido), de uma religião diferente das demais professoras.

Nesse contexto, ela procura não fazer comentários sobre os modos de agir (que ela claramente considera inadequados) das colegas de trabalho dentro do espaço escolar. Ao observar as músicas, os convites para reuniões e as demais ações de proselitismo religioso, como a distribuição de panfletos das igrejas, Laís apenas franze a testa, ou balança a cabeça, mas evita choques com os agentes que acabam por estabelecer o comportamento dominante e considerado localmente legítimo.

As estratégias de Laís visam manter o seu interesse em um espaço social específico: a escola em trabalha. A maneira que ela encontrou para tal é “ficar na dela e não criar caso” com o grupo dominante. Dessa forma, ela “garante” sua continuidade no lugar que veio a ocupar (o cargo de orientadora pedagógica) e com isto ampliar a sua renda pela “dobra”, o que lhe permite um aumento substancial no salário”, além do benefício de estar fora da prática de sala de aula ao qual ela relata como muito desgastante.

Nesse sentido, são compreensíveis suas considerações em relação ao desconforto - e receio – caso suas colegas de trabalho descubram sua trajetória religiosa, pois isto poderia colocar em risco sua posição na escola. E enquanto um grupo (as professoras Thamires e Daiana fazem parte desse grupo) se sentem muito à vontade para reproduzir e estabelecer o comportamento dominante concernentes aos seus interesses dentro do espaço escolar, outros agentes se omitem e tendem a agir como Laís. A fim de evitarem represálias que possam ser prejudiciais aos seus interesses individuais, que poderiam até mesmo fazê-los perderem o

emprego. Assim, Laís procura não fazer comentários sobre os modos de agir das colegas, ser simpática a convites e outras ações de proselitismo religioso, o que para ela significa realizar exercícios permanentes de autodisciplina, tendo uma “percepção prática” da situação, expressa quando ela diz: “fico na minha”.

Agir diferente dos demais, pode implicar não apenas em conflitos internos no local de trabalho (a escola), mas até mesmo em “conflito externos”, isto é, com os agentes que possibilitaram a concretização de seus interesses imediatos, como o “vereador amigo”. Assim, há uma reprodução coletiva de comportamentos. Isto gera em cada agente uma espécie de autocensura acompanhada de atenção permanente aos comportamentos dos outros e às avaliações de si por parte desses outros. Dessa forma, é provável que haja, uma diferença entre o agir no espaço público (a escola) e visões morais próprias, mesmo que reprimidas, recalcadas em um sentido mais propriamente psicanalítico. Os exercícios constantes de autodisciplina e de autocensura não são “ingênuos”, pois os agentes sociais, como no caso das professoras, sabem dos riscos de afirmações públicas ou que podem vir a se tornarem públicas, de serem divulgadas fora do âmbito pessoal.

Numa conversa informal, com pessoas amigas e nas quais se tenha confiança, elas se sentem à vontade para fazerem comentários sem maiores preocupações. No espaço público não, pois ali podem existir “inimigos” latentes ou pessoas interessadas por algum motivo em “tomar a sua função” e assim lhes prejudicarem. Daí o medo, perceptível durante nossas entrevistas, em se mencionar nomes em uma entrevista que poderia estar sendo “gravada”.

As práticas de Laís como “orientadora pedagógica” reproduzem as visões estereotipadas sobre a clientela escolar (ou o público escolar). Nas afirmações dela não há “problemas” na existência de determinadas práticas das colegas de trabalho, como por exemplo, fazer orações antes das refeições ou cantar músicas de teor evangélico, porque “os alunos também são todos crentes”. Em outras palavras, as práticas das professoras reafirmariam o senso comum presentes nas famílias desses alunos e ela como professora não considera haver nenhum problema na reprodução desse senso comum. Para ela, o processo de escolarização não é efetivamente um processo de compreensão maior da realidade social.

De modo similar, reproduzindo o senso comum, a visão das três professoras sobre a escolarização no Brasil e o trabalho dos professores em redes públicas, reafirma os estereótipos presentes no cotidiano, no qual as condições de trabalho são vistas como muito difíceis e os alunos incorrigíveis. Segundo esse “senso comum”, as dificuldades do cotidiano do magistério são hoje algo quase ‘natural’. Portanto, o trabalho pedagógico é também quase inútil. Por

consequência, apesar de Laís citar Paulo Freire em uma reunião para estimular as colegas, em seu íntimo ela se sente desmotivada e considera inútil o texto lido. Dessa forma, como orientadora educacional ela pode “falar de Paulo Freire” como poderia “falar de qualquer “outro pensador”, mesmo aqueles totalmente antagônicos à análise de Freire sobre o processo educacional.

Na reunião em que foi lido por ela texto que de Paulo Freire, este foi alvo de críticas, por que segundo algumas professoras, depois que começaram a “— implantar as ideias do Paulo Freire” no ensino brasileiro, este começou a despencar vertiginosamente em qualidade, porque “— O professor não tem mais autoridade na sala de aula”. Segundo expresso por elas, se os alunos não respeitavam mais professor, seria por: “— De tanto usar toda essa tal pedagogia de Paulo Freire que as escolas estão hoje em dia como estão...”

Tais práticas e percepções são algo muito significativo e comum nas escolas de periferia, onde as professoras sendo todas integrantes das camadas mais baixas da pequena burguesia, ainda que provavelmente algumas possam ser oriundas da classe operária, possuem pequeno capital cultural, tendo grandes dificuldades de apreender, em meio a duras e angustiantes condições de trabalho, um texto analítico como uma tentativa de construir com instrumentos filosóficos ou científicos de maior sofisticação uma apreensão da realidade educacional.

Conforme implícito no discurso da orientadora, que leu o texto como uma pregação moralista inútil, e assim como, o texto foi compreendido por ela e pelas demais professoras, as ideias de Paulo Freire se chocam com um universo formado por um conjunto de crianças e adolescentes que podem se “desviar” a qualquer momento dos padrões de sociabilidade dominantes. Para essa forma de pensar, se torna muito mais útil reafirmar padrões de comportamento a partir de pregações explicitamente religiosas ou admoestações similares com alto teor estigmático como já relatado com frases como: “— tá se sacudindo porque, tá pegando santo é?” “— Parece que tá com diabo no corpo.” “— Esse menino tá possuído”.

Dada a escolarização também de qualidade “inferior” que Laís e as professoras tiveram, sem acesso a um capital cultural mais legítimo transmitido por escolas consideradas de maior qualidade, essa reprodução do senso comum a respeito dos socialmente dominados é praticamente irreversível e constante. A prática analítica não se realiza plenamente; somente há identificação entre aspectos pontuais da realidade e padrões comportamentais (tanto em relação à sociedade, como a natureza em geral).

As entrevistas sinalizam também para aspecto socialmente expressivo em curso em Nilópolis e na sociedade brasileira de modo mais amplo: a adequação da dominação política à

difusão do neopentecostalismo. Assim, sublinhamos novamente, numa reprodução constante, capital político se transforma em capital religioso e este se reverte em mais capital político. Para que isto ocorra, não é favorável a “tolerância religiosa”, na verdade, a tolerância com qualquer possível elemento que “quebre” as relações de troca de interesses e sua reprodução.

Portanto, não se trata de ideias que inspiram bons comportamentos, como um certo questionamento mais ou menos moralista é feito aos neopentecostais e a outros grupos conservadores, mas sim de interesses que se afirmam sob a forma de determinadas ideias e comportamentos. Interesses que decorrem das práticas sociais pertinentes a determinados agentes sociais. A satisfação de seus desejos provém dessas práticas.

A escola, como instituição socializadora, ocupa um papel estratégico em todo esse processo seja para reproduzir comportamentos e concretizar interesses no campo político, seja, hipoteticamente, como espaço de reflexão sobre comportamentos sociais, mas essa possibilidade, no caso tratado em nosso trabalho, se faz inviabilizada pelos interesses imediatos das professoras da escola. Se tal possibilidade vier a ocorrer elas perdem a possibilidade de concretizar seus interesses próprios de integrantes de camadas baixas da pequena burguesia de uma sociedade dependente, associada e periférica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo da pesquisa de campo, foram coletados considerável material para desenvolvermos os objetivos propostos, além de coleta de dados sobre o desempenho estudantil. Características históricas político-partidárias do município e seu quadro econômico foram construídos a partir de dados do IBGE, do Tribunal Superior Eleitoral e do INEP e de estudos recentes sobre campo político na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Assim, buscamos construir o que Geertz (GEERTZ, 2008) denominou de “descrição densa”, para a apreensão do local onde se deu a pesquisa. Realizamos entrevistas com professoras, seguindo o proposto como “entrevistas profundas” por Bourdieu (BOURDIEU, 2003), assim como consideramos as formulações da sociologia reflexiva de Bourdieu, utilizamos os conceitos de habitus de classe e campo social.

Durante o curso do trabalho de campo, pude perceber várias nuances no que se refere às “influências religiosas” sobre a escola, sendo expressiva a presença de alunos, professoras e corpo diretor pertencentes a denominações evangélicas. Confirmando aspectos das minhas hipóteses, me deparei com manifestações de “violência simbólica”, não tão sutis, mas sim explícitas atitudes de imposição da crença dominante expressas em atitudes como colocar uma

música gospel ou sugerir uma oração e até em alguns momentos sob a forma de violência verbal, verificando-se que as práticas pedagógicas das professoras eram diretamente influenciadas por suas concepções religiosas pessoais.

Evidentemente a rotina adotada por cada professora pode ser considerada diferente entre elas, assim como não existe a possibilidade de uma repetição nos processos que envolvem a educação, uma vez que cada aluno e turma apresentam necessidades e características próprias, entretanto, as práticas e discursos desenvolvidos individualmente por cada uma das professoras apresentam-se em grande maioria uniformes e repetitivos tanto na interação com os alunos como nos momentos de troca entre esses profissionais em suas reuniões e intervalos.

Em sua maioria, as professoras têm em comum o fato de serem contratadas e não concursadas e as possibilidades de obtenção desses contratos estão relacionadas a obtenção de um certo capital social. De modo geral, os contratos temporários são instrumentos para a formação de clientelas políticas. Segundo os dados coletados junto as professoras, estas em sua maioria se dizem frequentadoras de uma igreja neopentecostal e reconhecem que se beneficiaram com um emprego (ou função) no ensino municipal através de uma indicação de um “vereador amigo”.

Embora tenham a consciência de que o fato de disporem de um certo capital social trouxe uma vantagem ou privilégio para elas, consideram tal fato ter sido conquistado por “mérito próprio”, por elas terem buscado o contato com as pessoas certas; terem um comportamento de acordo; enfim fazendo “por merecerem o benefício”, ao frequentarem ao locais certos (como a igreja e as reuniões de apoio aos vereadores), além de também retribuírem no período eleitoral ao votarem e fazerem campanha e assim, “pagando o favor”. Não sendo, segundo o ponto de vista delas, uma atividade “ilegal” ou “moralmente condenável”.

A lógica que preside o funcionamento dessas clientelas não se restringe apenas a indicação e manutenção de contratos de trabalho em cargos públicos sem concurso. Pode abarcar também pequenos favores fornecidos pelos vereadores “dos bairros”, assim como a possibilidade de algum benefício dentro do serviço público como é o caso de uma das entrevistadas, concursada que consegue exercer outra “função”.

Em ambas as situações a obtenção do interesse desejado se faz por meio das relações de clientela política fortemente vinculadas com grupos religiosos. Com isto, os cargos nas escolas se tornam uma moeda de troca fácil dentro das redes de conhecimento envolvendo algumas igrejas neopentecostais, que se tornam um instrumento de captação de interesses políticos.

Nesse contexto, este poder político/religioso se multiplica dentro e fora do espaço

escolar. Podemos concluir que a intolerância religiosa no espaço escolar pode ser consequência correlata e concomitante (porém secundária) da ascensão e da influência do neopentecostalismo e suas expressões nos campos político e educacional. Apontamos para dimensão que é minimizada em estudos sobre a presença de práticas de inspiração neopentecostal no campo educacional, que enfatizam com justeza o conservadorismo dessas práticas e constrangimentos causados a professores, estudantes e seus familiares. Sem isto negar, ao salientarmos que em nosso estudo essas práticas são de iniciativa de professoras sublinhamos a interseção de suas ações nos campos político, religioso e econômico.

Como, portanto, a maioria das professoras são contempladas com contratos de trabalho na escola e as possibilidades de obtenção de contratos está relacionada ao pertencimento a algum tipo de rede de clientela política, onde se afirmavam com força constante, os vínculos políticos com grupos religiosos em crescimento, a presença de determinadas práticas religiosas nos espaços escolares pode decorrer não apenas de fatores de ordem religiosa. Ao contrário, essa presença pode ser em parte significativa da lógica própria ao campo político local, cujos efeitos, em termos de afirmação de valores conservadores, vêm a ser maior a concretização e dissiminação desses valores.

As práticas das docentes, dado o habitus de classe que possuem, se constituem em demonstração cotidiana da condição de membros subalternos de redes locais de apoio político, necessárias às atuais formas de reprodução do domínio do grupo oligárquico local. Participar das redes possibilita a defesa dos interesses dessas professoras, pois permite a contratação pelo executivo local, algo economicamente significativo considerando a informalidade que atinge a maioria dos socialmente subalternos na região, inclusive mulheres com maior escolarização. Portanto, na relação entre os campos político, religioso e educacional aqui investigadas, identificamos que nessas interações, o campo religioso gera um certo capital social que se reverte em capital político e econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, E. A. A. Beija-Flor de Nilópolis e Nilópolis da Beija-Flor: mecanismos de uma construção identitária e de poder na Baixada Fluminense. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 14, nº 2, pág. 162-181, julho-dezembro, 2018.
- ALBUQUERQUE, E. A. A. O samba e a cidade: uma análise sociopolítica no município de Nilópolis-rj. *CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, v. 7, nº 1, p. 130-148, 2014.
- ALVES, J. C. S. Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense. Duque da Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.
- Alves, J. E. D. et alters. A transição religiosa brasileira e o processo de difusão das filiações evangélicas no Rio de Janeiro. *Revista Horizonte. Dossiê: Religião e Demografia*, v. 36, nº 12, p. 1055-1085, 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5752/P.2175-5841.2014v12n36p1055>. Acesso em 13 de setembro de 2019.
- BEZERRA, L. A. A Família Beija-Flor. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2010_Luiz_Anselmo_Bezerra-S.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2020.
- BOURDIEU, P (coord.). *A Miséria do Mundo*. Tradução de Mateus S. Soares Azevedo e al. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2003, 5ª edição
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Tradução de Wilson Campos Vieira. Organização de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- BOURDIEU, P., PASSERON, J-C. *A Reprodução. Elementos para uma teoria dos sistemas de ensino..* Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992, 3ª edição,
- BOURDIEU, P., PASSERON, J-C. *Os Herdeiros. Os Estudantes e a Cultura..* Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Tradução de Daniela Kerne Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CPDOC/FGV. Getúlio Barbosa de Moura, verbete biográfico. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-barbosa-de-moura>.
- DIEESE. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 11 de novembro

de 2019.

ELIAS, N., SCOTSON, J. L. Os Estabelecidos e Os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a Partir de Uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro: LIC, 2008, 4ª ed.

INEP. Catálogo de Escolas. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acessado em 05 de maio de 2019.

INEP. IDEB. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acessado em 05 de maio de 2019.

INEP. Sinopse estatística da educação básica 2019. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 06 de maio de 2020.

JUPIARA, A. e OTÁVIO, C. Os Porões da Contravenção: Jogo do Bicho e Ditadura Militar. A História da Aliança que Profissionalizou o Crime Organizado. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MACHADO, M. das D. C. Religião, cultura e política. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 32, nº 2, p. 29-56, 2012. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872012000200003&script=sci_abstract&tlng=pt

MACHADO, M. das D. C e BURITY, J. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. Dados, Rio de Janeiro, v. 57, nº 3, p. 601-631, setembro, 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201419>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

MASSON, M. A. C. Experiências Escolares de Jovens de Classes Populares e Construções do Futuro. In Relatório de Pesquisa, apresentado à Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação e ao Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada como requisito para conclusão do Estágio de Pós-Doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2016.

PICOLOTTO, M. R. O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações. Contraponto, v. 3, nº 1, 2016. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/contraponto/issue/view/2827>

RIO DE JANEIRO. Estudos Técnicos E Planejamento Regionalizado Metropolitano do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário/Apêndice 10 - Nilópolis. Disponibilizado pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2020),

SALES, J e FORTES, A. (Orgs.). A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar. Movimentos sociais, repressão e poder local. Curitiba: Prismas, 2016.

SANTOS, C. A. I. dos. Marchar não é caminhar: Interfaces políticas e sociais das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro contra os processos de intolerância Religiosa(1950-2008). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.

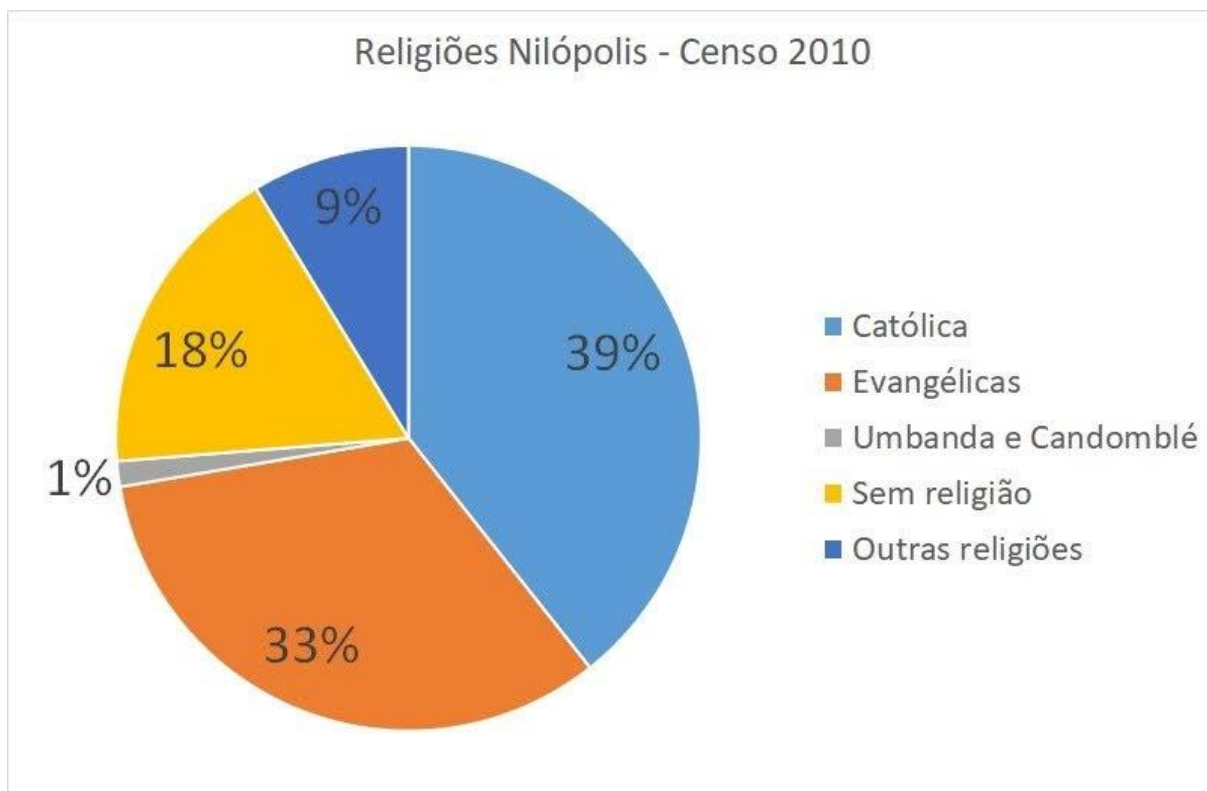
SILVA, V. G. da (org.) Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 9-27.

SILVA, V. G. da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. Mana, Rio de Janeiro , v. 13,nº 1, abril, p. 207-236, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000100008.

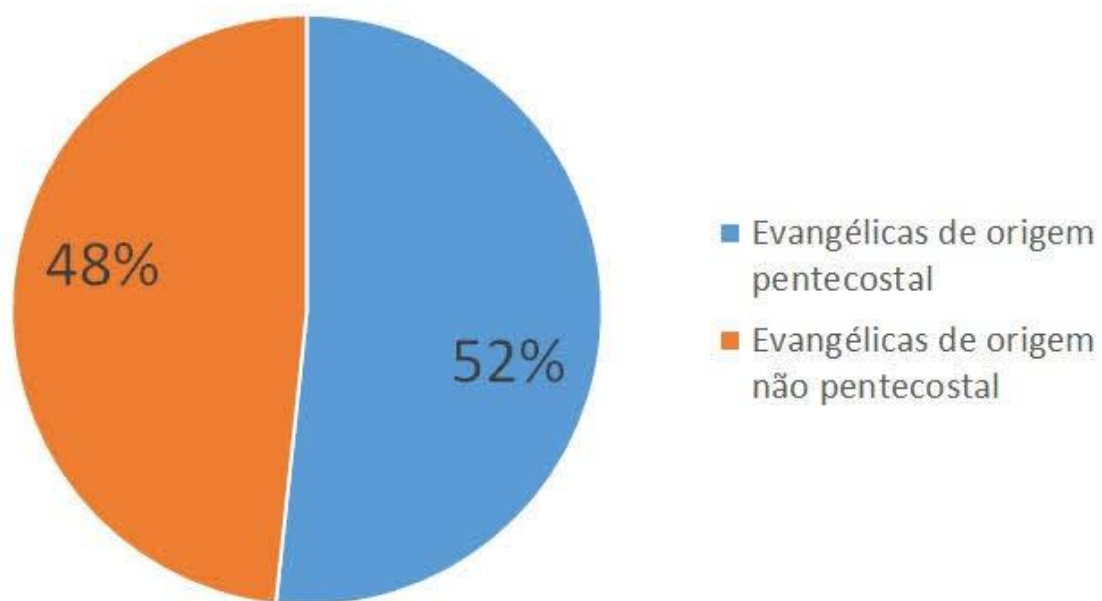
Teixeira, F. & Menezes, R. (orgs.). Religiões em movimento: o Censo de 2010. Petrópolis, Vozes,(2013).

APÊNDICE A

Graficos 1 e 2: Representatividade das religiões no município de Nilópolis



Total de Evangélicos - Fonte : Censo IBGE 2010



APÊNDICE B

Roteiro para entrevistas

Pesquisa: Ativismo Conservador e Educação: Relações entre campo político, campo religioso e campo educacional em uma escola da periferia.

Perguntas centrais da entrevista :

I- Apresentação:

1- Nome

2- Idade

3-Bairro onde reside:

6-Estado civil:

7-Tem filhos? Quantos?

8-Com quem mora?

10- Religião

II – Vida pessoal :

Conte um pouco da sua história familiar:

III- Profissional :

Conte um pouco da sua trajetória escolar:

Formação profissional :

Onde estudou :

Por que optou pelo magistério :

Onde trabalha, quanto tempo como professora :

Forma de ingresso : Concurso, contrato / indicação

Como conseguiu contrato / indicação

Falar sobre a escola os alunos

Quais suas perspectivas, e planos futuros em relação à sua vida pessoal e profissional ?

APÊNDICE C

Entrevista de uma moradora do bairro:

Entrevista com dona Ecleia, uma senhora de cerca de 75 anos, moradora do bairro desde a infância e pertencente a comunidade católica que é referida nessa pesquisa desde sua fundação, atualmente é coordenadora do apostolado da igreja. Muito solícita para nossa conversa, dona Ecleia relata desde a fundação da igreja, a doação do terreno para a sua construção e nos revela o origem da escola.

Pergunto a Dona Ecleia se ela poderia contar qual a relação entre a escola e a igreja, se lembra da época em que a escola foi construída. Ela lembra e alega que está tudo registrado no livro e me mostra esse livro. Entretanto, não foi possível localizar as páginas que comprovassem as alegações dela. Ela inicia comentando sobre a doação do terreno para a igreja, que a princípio não tinha escritura.

“— Como é que é o nome daquele papel? Fugiu da minha memória agora. Quando a gente registra a compra de um terreno? Escritura, né? Não tinha escritura. Então a dona Maria José Lopes doou (o terreno) para os franciscanos... A gente só construiu essa parte aqui, porque ela doou o terreno tinha que fazer alguma coisa. A gente tinha que levantar alguma coisa, não pode ficar vazio, senão acontece igual a São João. ”

Ela relembra de um terreno em uma das ruas principais do bairro, que também foi doado para a igreja. Onde deveria ser construída a Igreja de São João. Colocaram a pedra fundamental e celebraram uma missa. Mas depois não foi em frente e a igreja não chegou a ser construída, porque não tinha ninguém que cuidasse da obra. Na época, segundo ela, a comunidade católica até tinha verba para construção, mas não tinha quem administrasse a obra. Terminou perdendo o terreno, uma pessoa se apossou lá e ficou.

“ — O moço chegou lá e botou uma coisa de conserto de carro. E lá foi ficando, foi ficando, foi ficando e ninguém tirou mais ele, e pra tirar ele dali, tem que comprar um terreno da mesma estrutura e dá pra ele. ”

Retornando sobre a ida da escola para a igreja, segundo ela foi por interferência do prefeito da época Manoel Rosa, conhecido como “Neca” que esteve na prefeitura de 1993 á 1996, ele transferiu algumas turmas de uma escola próxima, para receberem aulas na igreja, com objetivo de ocupar o espaço da igreja, para posteriormente tirar uma parte do terreno para

uso da prefeitura.⁴⁴

“— A igreja perde pra escola se ela precisar desse recinto aqui. Como autoridade, ele (prefeito) deu um jeito de tirar uma turminha de CA ali da escola Maria da Conceição. (Tirou essa turma da escola para colocar na igreja) A gente tem que prestar muita atenção, quando a gente traz alguma coisa do município ou do estado, ou seja, lá o que for pra emprestar. Porque o emprestado, ele fica pra vida toda. Você entendeu? É isso que eu falo muito aqui.”

Ela relata as construções no bairro, como a prefeitura se apropriou de vários terrenos vazios:

“ — Aqui na frente onde é o posto de saúde, era abandonado, era uma lixeira danada. Aí eles (prefeitura) ficaram com o terreno, cresceu o local. Aqui também tinha uma casa que era cheia de lixo, também na frente ali. Então fizeram DPO. Aí do lado, como não tinha nada pra construir ali, então uma filha dele (filha do prefeito) fez uma casa e ficou morando ali. Não sei a documentação como é.”

Segundo ela, o plano da prefeitura certamente era de também se apossar do terreno da igreja para construção da escola.

“— Eles pegaram e viram o terreno, eles pensaram assim: Vamos botar a escola aqui, que aí com a escola a gente vai pegar essa parte aqui todinha junto com o terreno. Entendeu? E a igreja ia perder todo esse terreno aqui. Ia perder tudinho. Tudinho. Ia ficar só com o templo. Entendeu? Só o templo. Isso é verídico. ”

“— Então esse coleginho, eles cederam pra uma turma do CA. Não que não tivesse vaga lá não. Tinha vaga, não estava nada apertado lá. Foi só pra se encostar aqui, ficar tantos anos e ele tomava com o usucapião”

Ela acredita que a intenção por trás da “ideia de expansão da escola” ao colocar as turmas pra funcionar na igreja era para se apossarem do espaço.

Relata como as turmas funcionando na escola interferiam nas atividades da igreja .

“— E a nossa igreja estava aqui, que não saía, nossas pastorais não tinha catequese, não tinha clube de mães, não tinha nada além da turma da escola. Tudo tomado. E aí parado,

44 O fato da transferência de turmas já existentes em outra escola para o espaço da igreja foi uma informação nova, tendo como fonte o relato da entrevista. Até então, durante a pesquisa de campo e nos relatos dos funcionários da escola e moradores do bairro, a escola tem origem na igreja. As primeiras turmas já nascem no espaço cedido pela instituição religiosa, não é mencionado transferência de turmas existentes em outra escola.

né? Por causa de uma ou duas turmas só. Mas ele queria botar mais turminhas, que com mais umas turminhas entrando, dava mais chance pra eles. Entendeu? Não podia tirar. Por isso que eu estou falando. Entre a escola e a igreja, perde a igreja. Se constar que é necessário. ”

Então decidida a tirar as turmas da escola do espaço da igreja, quando terminou o mandato do Neca, ela foi em busca do seu sucessor José Carlos Cunha que assumiu a prefeitura em 1997 .

“—Descobri aonde o José Carlos Cunha morava, fui eu e minha filha... A gente levantava cedinho e saia pra porta da casa dele... Pra pegar ele saindo de casa. “

Após várias visitas ao prefeito, que como relatado por ela, era católico e poderia se sensibilizar com a situação, ela ouviu do mesmo que “iria ver o que poderia fazer “.

“—Aí foi quando o José Carlos Cunha viu que a gente estava desesperado aqui. Não tinha lugar pra gente fazer nada aqui. Aí ele pegou e falou eu vou dar um jeito. Aí conversou ali, com aquele moço ali da esquina, que era o dono do terreno (...)”

Segundo ela, após suas insistentes visitas, o prefeito procurou e conseguiu encontrar um terreno ali perto e por fim, a prefeitura comprou o terreno, construiu a escola e retirou as turmas que funcionavam no espaço da igreja. Ela ressalta, ainda um pouco incomodada que, apesar da escola ter o mesmo nome da igreja, não mantém atualmente vinculo algum com a comunidade católica. Segundo ela, colocaram o mesmo nome apenas em referência ao tempo que a escola funcionou na igreja e talvez também para demonstrar que eram as mesmas turmas que mudou para a escola nova.

“— Pelo nome as pessoas costumam pensar que tem alguma ligação entre a igreja e escola, mas não tem. Mas como funcionava aqui, então pra mostrar que foi pra lá, pra mostrar que era a mesma turma, colocaram esse nome na escola. Mas no MEC eu não sei como é que está.”

Quando questionei o ano que a escola se mudou ela não soube informar, nem ao certo quanto tempo a escola funcionou no espaço da igreja. *De acordo com as informações dela, que as turmas escolares foram colocadas na igreja durante o mandato do prefeito Manoel Rosa, conhecido como Neca, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Sendo que ele assumiu o mandato em 1º de janeiro de 1993, sendo o final de seu mandato em 31 de dezembro de 1996. Então foi nesse período entre 1993 a 1996 que as turmas começaram funcionar no espaço da igreja. O seu sucessor, do mesmo partido José Carlos Cunha, assumiu o mandato em 1º de janeiro de 1997 e cumpriu seu mandato até o final, 31 de dezembro de 2000. Podemos então supor que, a escola começou a funcionar na igreja entre os anos de 1993 e 1996 e foi*

transferida para o prédio próprio, entre os anos de 1998 e 2000.

Entre outras histórias vivenciadas por dona Ecleia na comunidade católica, ela conta como certa vez, o surgimento de uma nova igreja Batista em uma rua próxima a comunidade católica no bairro atraiu muitos jovens que migraram da igreja católica para a Batista. Ela se mostra entristecida ao se referir aos jovens que foram atraídos para a igreja evangélica e depois saíram, não voltaram para a comunidade católica e nem ficaram na evangélica, segundo a visão dela, ficaram todos “a deriva”.

“— Primeiro o Sarmiento saiu daqui, foi lá pra Igreja Batista e ainda convidou vários homens daqui também, carros de som passaram por aqui, convidando para shows de música, pra não sei o que mais lá na Igreja Batista. Porque jovem quer isso, oportunidade pra eles aprenderem música, até grupos de teatro, os jovens gostam dessas coisas. Mas aí, o pessoal da igreja batista atraíram eles, mas vê se tem alguns ali agora. Quem foi daqui pra lá, ao contrário, saíram daqui foram pra lá e depois acabaram saindo da igreja e ficaram tudo a deriva, entendeu?”

O relato me chamou atenção pois ilustra o fenômeno apontado anteriormente na pesquisa em relação as opções religiosas da população em Nilópolis e o aumento das igrejas evangélicas no Bairro, que passou a apresentar significativo crescimento de praticantes da fé protestante.

APÊNDICE D

Entrevista professora 1:

Entrevistada Daiana, 44 anos, evangélica, reside com seu marido e sua filha menor no município, em um bairro próximo ao bairro onde trabalha como professora do primeiro ano fundamental I (na escola avaliada em nossa pesquisa). Assim como a maioria das demais professoras, ela entrou no serviço público através de contrato. Coursou o ensino médio na modalidade formação de professores (antigo curso normal) em uma escola municipal, que na época oferecia a nível médio o curso normal e outras formações técnicas⁴⁵. Entretanto, a escola em que estudou, atualmente oferece apenas o ensino fundamental.

Nesse contexto, chamou minha atenção, a tristeza dela e o modo como lamentava o fato dessa escola deixar de oferecer a formação de professores e demais cursos profissionalizantes do “Lado de cá”, (se referindo ao lado da cidade onde mora), sendo esta parte da cidade considerada como a área mais carente do município, e justamente o mesmo lado onde também se situa o bairro, onde está localizada a escola avaliada em nossa pesquisa.

Ela relata ainda que nesses últimos anos, esse lado da cidade mudou muito, além das mudanças ocorridas nesse colégio em que a mesma estudou, um outro colégio próximo, que era mantido por uma organização sem fins lucrativos ligada a família Abrão-Sessim, que oferecia um ensino de qualidade e gratuito aos moradores da região, foi vendido e hoje se tornou um colégio particular.

Desde infância e adolescência ela se imaginou e fez planos de se tornar professora: “— *Tudo começou quando comecei a dar aula na igreja para crianças pequenas, ai eu percebi que eu tinha jeito pro negócio, pra dar aula* ”.

Logo após ter conseguido se formar na escola da rede municipal citada anteriormente, ela ingressou no magistério na rede privada onde trabalhou durante quinze anos em uma instituição privada de ensino confessional de Nilópolis, uma escola especializada em educação cristã, sendo justamente uma instituição escolar oriunda da igreja evangélica que a mesma frequentava desde a infância com seus pais. Como membro da igreja, facilitou seu acesso para se tornar professora da escola. A mesma ainda atribui a igreja o seu vínculo com a educação, por ter despertado seu interesse pelo ensino através da religião e por ter tido sua primeira e

450 A escola municipal citada onde a professora cursou o normal passou a não mais oferecer essa modalidade de ensino após o ano de 1996, com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (Lei 9.394), de 1996 que fixou como prioridade primeira dos municípios a atuação no ensino fundamental e na educação infantil, o ensino médio foi extinto da rede municipal, que atualmente oferece apenas ensino fundamental e educação infantil.

principal experiência de trabalho na área na escola confessional.

Quando perguntada se sua experiência como professora de uma escola confessional e também sua formação religiosa influenciava na sua forma de trabalho atualmente como professora do município, ela relata que sem nenhuma dúvida a respeito, que sim:

“—Sim por causa dos valores, eu tento passar pelo menos pra eles os valores, a gente não pode falar sobre religião né mas eu posso falar sobre os valores cristãos, eu não tenho costume de cantar o hino na aula, mas cantamos musiquinha do boa tarde do nosso acampamento por exemplo.”

Durante o período em que a mesma trabalhou no instituto, fez uma graduação na área da saúde, pois se interessou pela área devido a problemas de saúde da mãe, no intuito de poder ajudar na reabilitação. No entanto, como não conseguindo uma possibilidade de trabalho na área de saúde, resolveu voltar a investir na educação por já estar trabalhando.

“—Já tinha muitos anos de trabalho na área de educação, não vou começar do zero (em outra área), quando vi que, em relação a experiência em carteira eu teria mais vantagem como professora, então resolvi não dar mais seguimento, voltei a investir na educação.”

Então fez uma pós graduação em docência superior e ingressou na rede municipal como professora contratada da prefeitura, onde já se mantêm a quatro anos, ainda pretende investir em outra pós graduação na área da educação, porém focada em alfabetização por lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental I.

Ela nasceu, e mora até hoje nesse mesmo bairro, bem próximo a escola, objeto da pesquisa.

“— Hoje, o cenário aqui no município é completamente diferente.” diz Daiana.

“— Eu posso falar que a nossa vida já esteve melhor, bem melhor. A gente já teve educação e segurança do lado de cá de Nilópolis. Hoje, estamos assim.” Afirma ela.

“ — Outro dia, teve tiroteio aqui, era a PM contra um grupo de miliciano. (no mês janeiro de 2020) diz ela.

“ — Quando eu ouvi os primeiros tiros, eu fui logo puxando a minha filha pro quarto pra lá atrás. Porque eles deram tiro em volta de tudo aqui. E o bairro todo foi cercado, eles entraram na casa do pessoal daqui da rua de trás, o pessoal falou que eles se esconderam lá por causa da polícia e entraram dentro da casa dos vizinhos. Imagina o desespero de quem estava dentro de casa e a pessoa percebia assim o vulto; Eles só falaram pros vizinhos assim: — Não vou fazer nada com vocês. Eu só vou esperar a poeira baixar pra ir embora. Aí você imagina, se a polícia vai lá pegar ele e começa uma troca de tiro, olha o risco de ferir alguém

em casa. Mas aqui não era assim, não sei o que aconteceu aqui, porque aqui era calmo né? Era calma, tudo tranquilo. Meu Deus do céu, não é possível. E agora, eu fico com medo, fiquei com medo de sair de casa de noite. Faz tempo que não saio mais de casa a noite, nem para o culto não vou mais." Acrescenta ela.

"— Mas Nilópolis vai encarar ainda mais violência nos próximos anos", afirma D.

No cenário de longo prazo traçado pela professora, a expectativa é de pessimismo, que a violência só piore, devido ao baixo acesso a educação, dificultando também o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, gerando ainda mais pobreza e violência.

APÊNDICE E

Entrevista professora 2 :

Entrevistada Thamires, 30 anos, nascida, criada e residindo atualmente com seu marido e dois filhos no município, se tornou evangélica a cerca de sete anos (da igreja Assembleia de Deus), ela trabalha como professora do primeiro ano fundamental I na escola avaliada.

Assim como a maioria das demais professoras, ela entrou no serviço público através de contrato. Cursou o ensino médio na modalidade formação de professores (antigo curso normal) em uma escola estadual no município, terminou no ano de 2009 aos 17 anos. Entretanto, mesmo tendo cursado formação de professores, não via a educação como futuro profissional. Por isso, após a conclusão do ensino médio tentou ingressar na carreira militar realizando prova para aeronáutica e marinha. Porém por não ter conseguido ingressar na carreira militar que almejava, ela passou a ver no magistério uma oportunidade de trabalho e ingressou na faculdade.

“— Aos dezessete pra dezoito anos eu não tinha ainda aquela convicção de que ficaria no magistério, eu fiz na época, eu gostava sim, mas fiz também porque era a oportunidade de eu ter uma profissão no meu ensino médio, porque se eu fosse fazer um ensino médio de formação geral eu não teria profissão, teria que fazer um outro curso técnico.”

Em 2011, ela ingressou no curso de Pedagogia em uma universidade privada da cidade, ao mesmo tempo em que trabalhava como assistente da coordenação pedagógica da educação infantil e do ensino fundamental e também como professora na rede privada.

“— E aí fiz a pedagogia. Antes de eu me formar eu já estava dando aula. Eu dava aula quando eu estava cursando a faculdade e trabalhava também como assistente de coordenação. Eu tinha oito turmas, dava aula de informática educacional. Dava aula do sexto ano ao nono ano e no primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio.”

Em 2015, conseguiu através de contrato ingressar para trabalhar em uma escola da rede municipal, nesse período, o município estava sob gestão do prefeito Alessandro Calazans (PMDB) que governou de 2013 a 2016, sendo este um dos poucos períodos da história recente da cidade, em que o grupo da família Sessim-Abraão, que tradicionalmente governavam a cidade perderam as eleições.

“— Aí depois que acabei a faculdade, coleí grau no início de dois mil e quinze, depois eu entrei no contrato em Nilópolis. Mas eu cheguei para dar aula pro terceiro ano na prefeitura em Nilópolis, e tive a experiência do ensino médio e do segundo seguimento do fundamental na época desse colégio particular e as outras experiências com o fundamental só

foi na época de estágio.”

Entretanto, a professora em questão, permaneceu trabalhando com esse contrato na rede municipal somente nos anos de 2015 e 2016. Como já explicado anteriormente, quando ocorre mudança no governo local, também ocorre mudança drástica em toda a cadeia de trabalho na esfera pública municipal dos funcionários contratados. O seu contrato conseguido através de indicação de um vereador conhecido que era apoiador do prefeito da época, foi encerrado após a mudança de poder na cidade em 2017, quando Alessandro Calazans não conseguiu se reeleger prefeito e o antigo prefeito Farid Abrão voltou a prefeitura. Mas passados dois anos, em 2019 ela conseguiu um novo contrato, também por indicação política.

“— Era da época do Calazans, aí quando acabou eu fui mandada embora. Mas eu consegui voltar depois, em dois mil e dezenove. Sai em dois mil e dezessete e em dois mil e dezenove eu consegui voltar.”

O período mais complicado para a professora Thamires nessa escola, foi logo no início do primeiro contrato com a prefeitura de Nilópolis, quando iniciou com as turmas do terceiro ano fundamental I, na faixa etária entre 9 e 10 anos. Mesmo sendo ela própria moradora do município em um bairro próximo, ela se sentiu chocada com a realidade da comunidade local:

“— A gente se assusta. Você vê as coisas que as crianças vivem. Os alunos eram totalmente irredutíveis. Um abuso na falta de educação. Tinha alguns alunos que pareciam que estavam perdidos ali, como que a família não se preocupa se a criança tem um lápis na mochila? Sabe-se lá a realidade de vida que essa criança vive né?”

Para tentar lidar melhor com as crianças, ela tentava chamar os pais pra poder conversar, para tentar entender a realidade dessas crianças. As crianças com comportamentos mais agressivos eram encaminhadas pra Secretaria de Educação, muitas vezes a escola pedia a transferência. Isso aconteceu várias vezes.

“— Era um jogo de pingue-pongue e ninguém dava jeito, porque não é só a escola sozinha, isso é educação, tem que vim de casa. Você vê essa criança levando pistola de brinquedo, falando palavrões, comportamentos agressivos, mostrando partes íntimas, cantando funks com palavrões, de apologia ao tráfico, sexo, drogas, tudo isso. Era nesse nível.”

Segundo a professora, a maioria das famílias eram compostas por mais de dois ou três irmãos que viviam com as mães e/ou as avós, as matriarcas em sua maioria trabalhavam, e os pais eram separados. Poucas eram as mães que podiam comparecer as reuniões escolares. Quando algum responsável ia até a escola, eram justamente daqueles alunos “bem cuidados”

que segundo a professora destoavam do perfil da maioria.

“— Tinham outros que, tipo assim, não mereciam ficar nessa sala, você olha e você vê que é bem cuidada, é bem criada, e fica perdida no meio daquele palavrão, no meio daquele comportamento agressivo e você fica até com pena que tem crianças que são inteligentíssimas, e outras que não querem nada. Era de tudo quanto é tipo de perfil e família, de criação, sabe?”

Ela relata sua angustia, e o quanto esse período marcou sua trajetória docente. E a sensação de impotência por não conseguir interferir na realidade dos alunos.

“— Meu emocional pelo amor de Deus, tava acabando com a minha saúde sabe? A escola chama a família, mas em casa ninguém faz nada. Não tem uma família sólida, não tem condições de oferecer isso pra criança. Então assim, o que adianta né? É muito complicado, por que você não tem condições de ajudar. Me revolta. Só de lembrar disso que já fico cansada.”

Ela conta que muitos alunos chegavam com dor de cabeça, e quando ela perguntava, eles diziam que estavam com fome, sem café da manhã, que não tinham almoçado. Algumas casos de alunos que não tinham saneamento básico em casa, moravam a beira de um valão, iam para escola com uniforme sujo, sem material e com fome.

“—Tudo isso a gente via, então isso foi uma coisa que me chocou muito. Também não tinha ninguém em casa, não tinha comida, eles não vão conseguir aprender com fome, então eu ficava muito aflita. ”

Ela descreve as dificuldades que passou nessa escola nesse primeiro contrato, quando inicialmente pegou o terceiro ano e relata ainda que foi justamente nessa época que ela engravidou da primeira filha.

“— Eu nunca vou esquecer. Foi no período que eu comecei, no início da gravidez. Então assim foi a mão de Deus mesmo, porque eu não ia ter condições. Grávida, barriga crescendo com uma turma desse jeito. Quando eu descobri que estava grávida, tinha que pedir o senhor pra já dobrar minha paciência, me dá calma, me dá equilíbrio.... Mas também não pude deixar de sofrer.”

A professora relata que, essa experiência foi tão difícil para ela que repercutiu até em suas relações familiares. Ela vivia cansada, nervosa e com insônia.

“— Eu vivia estressada e ele (marido) via como eu ficava, nervosa, sabe? Começou a me dar enjoou e depois começou a dar gastrite, porque atacava meu sistema nervoso. Ah, foi bem pesado, fico cansada só de lembrar.

APÊNDICE F

Entrevista orientadora pedagógica:

Entrevistada Laís de 54 anos, viúva, mora com a mãe também professora mas já aposentada e uma filha de 22 anos em um bairro vizinho ao bairro da escola pesquisada. Diferentemente da maioria das professoras da rede, Laís entrou para rede de ensino municipal através de concurso público. Entretanto, ela é professora concursada em outra escola da rede, na escola em que pesquisamos, entrou a princípio como dobra⁴⁶ para dar aula para outra turma no contraturno, conforme por ela relatado:

"Pelo menos na dobra consegui migrar para orientação pedagógica, graças ao você tá gravando né pode falar nome? Não é bom falar não né" (demonstrando preocupação em expor seu padrinho vereador municipal).

Em sua maioria, as pessoas costumam falar abertamente do jogo de favores em trocas de apoio político. No entanto, como notei também nas outras entrevistas, quando a entrevista é realizada por telefone ou vídeo, as entrevistadas se sentem intimidadas por considerarem mais formal que as conversas no dia a dia, dentro da escola. Perguntei como ela conseguiu esse contato com o vereador que a ajudou, e ela me respondeu que ele é o vereador do bairro em que ela mora, muito conhecido de todos, conhece sua filha desde quando nasceu, e *"por ser muito querido e amigo, ele já tem sido eleito e reeleito a muitos anos"*, inclusive ele é alguém *"muito acessível"*, *"Disposto a ajudar quem precisa"* caso um dia eu viesse a precisar de *"qualquer coisa"*, segundo as palavras dela, eu poderia procurar por ele.

Quando perguntei porque buscou ficar na orientação pedagógica, se haveria aumento de salário ou benefício, ela me respondeu que o benefício seria: *"sair da sala de aula"*, pois ela afirmou que; não aguentava mais dar aula em dois turnos, com duas turmas diferentes:

"... é muito desgastante, já estou a quase 30 anos na sala de aula, graças a Deus fiz minha graduação (em pedagogia) e pude ter essa oportunidade de ficar como orientação pedagógica".

Sendo assim, ela atua como orientadora pedagógica na escola pesquisada no turno da tarde e como professora na sua escola de origem no turno da manhã.

46 Dobra de jornada ou de carga horária de trabalho por tempo determinado.

Pergunto se ela incentivava sua filha a também seguir para o magistério como a mãe, ela responde aos risos que *"ela não merece isso pra vida dela não"*, então ela me contou orgulhosa, que a filha está cursando técnico em enfermagem incentivada por ela. A fala dela me fez lembrar e comentar com ela um trecho de um texto do Paulo Freire, lido por ela mesma em uma reunião com o grupo de professoras, sobre a profissão de professor, o trecho dizia que: *"...ainda que as pessoas desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores."*

Questionei ela sobre o assunto, ao que ela me respondeu que devido as péssimas condições de trabalho e baixos salários, não vale a pena ser professor hoje em dia. Apesar de tentar motivar as colegas de trabalho, ela própria se sente desmotivada, segundo a mesma:

"...os textos lidos são apenas palavras para dar um pouco de incentivo mas não mudam a realidade vivida no dia a dia."

Pergunto sobre religião, a principio ela diz que não tem religião, eu insisto e ela responde: *"Ter atualmente eu não tenho religião, eu já fui católica praticante e espírita umbandista, mas hoje em dia não frequento mais, continuo respeitando se tiver que ir numa festa eu vou mas não frequento entendeu"*

Observo que insisti na pergunta devido a algumas observações que fiz na escola, como quando uma professora nos entregou um folheto com convite para um evento que teria em sua igreja, ela agradeceu a professora porém logo em seguida descartou o folheto na lixeira. A partir desse dia observei, que ela, diferente das outras, não comentava sobre religião. Pergunto então, se ela se sente constrangida de comentar que já foi umbandista, ela diz que não em conversas particulares, por ser uma coisa pessoal que segundo suas palavras: *"não tem necessidade de ser comentada, principalmente no ambiente de trabalho"*

Digo que ao contrário dela, algumas professoras comentam abertamente sobre religião, inclusive convidam as colegas: *"Cada um com seu cada um, elas se sentem a vontade, crentes costumam achar que são os donos da verdade, eu fico na minha só observo porque não quero me "queimar" ali entendeu, sou novata, to ali como dobra, nem no meu cargo (de professora) eu estou, então não posso incomodar entendeu"* Pergunto, como ela acha que incomodaria as colegas: *" Não é que eu vá incomodar elas, mas pode causar algum mal estar, as vezes as pessoas são cismadas com religião"*

Ela demonstra claro desconforto, no caso de suas colegas de trabalho soubessem sobre seu histórico religioso. Eu pergunto em relação ao trabalho docente, se na opinião dela a religião das professoras pode influenciar ou de alguma forma prejudicar a prática de ensino e

aprendizagem no espaço escolar, ela diz que não, pois “_ a maioria aqui é tudo crente mesmo, ninguém vai se incomodar” (se referindo não só as professoras, como também os alunos e seus responsáveis) Ainda assim, segundo suas palavras: “_ não deveriam expor religião no ambiente de trabalho, assim como eu mesma faço,deviam separar vida privada do profissional.”

Pergunto então, se ela acha que as outras professoras expõem muito sua religião, e qual seria o motivo, ao que ela me responde aos risos: “- Vai dizer que você nunca percebeu?” - “Geralmente os crentes, evangélicos né principalmente, tem um ar de superioridade por ser de igreja acham que é o caminho correto e tentam convencer a todo mundo disso” E seguiu dando alguns exemplos de episódios apontados durante a pesquisa como, convites para eventos religiosos, musicas religiosas cantadas em sala de aula e frases demonstrando claramente preconceito religioso.

ANEXO I

Verdades da profissão de professor

Paulo Freire

Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores.

Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados.

Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho.

A data é um convite para que todos, pais, alunos, sociedade, repensemos nossos papéis e nossas atitudes, pois com elas demonstramos o compromisso com a educação que queremos.

Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não apenas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.